

P. PORTO

SAS



RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
2015

SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL



Índice

INTRODUÇÃO	7
RESUMO EXECUTIVO	9
IDENTIFICAÇÃO	11
RESULTADOS GLOBAIS	19
APOIOS SOCIAIS DIRETOS	20
BOLSAS DE ESTUDO E AUXÍLIOS DE EMERGÊNCIA.....	20
APOIOS SOCIAIS INDIRETOS	40
ALIMENTAÇÃO.....	40
APOIOS SOCIAIS INDIRETOS.....	47
ALOJAMENTO.....	47
MODERNIZAÇÃO	58
OUTRAS ACTIVIDADES	63
AS PESSOAS	75
RECUSOS FINANCEIROS	81
8.1 Modelo Geral de Financiamento.....	82
8.2 Financiamento dos SAS do P.PORTO.....	83
8.3 Análise Orçamental.....	84
8.4 Análise Patrimonial.....	94
8.5 Análise Económica.....	97
8.6 Resultados do Exercício.....	100
FACTOS E NÚMEROS	101
BALANÇO	103
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	105
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	107
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	109

Índice

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO DOS ESTUDANTES DO P.PORTO	23
FIGURA 2 – PERCENTAGEM DE REQUERENTES COM BOLSA DE ESTUDO DEFERIDA	24
FIGURA 3 – PERCENTAGEM DE REQUERENTES COM BOLSA DE ESTUDO DEFERIDA	24
FIGURA 4 – ANÁLISE RETROSPETIVA DA BOLSA MEDIA	25
FIGURA 5 – ESTADO ATUAL DO PROCESSO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO 2015-2016	26
FIGURA 6 – SUBMISSÃO DOS REQUERIMENTOS DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDO PARA O ANO LETIVO 2015-2016, EM 2015	27
FIGURA 7 – ANÁLISE DE REQUERIMENTOS INDEFERIDOS POR MOTIVO DE INDEFERIMENTO	28
FIGURA 8 – REQUERIMENTOS INDEFERIDOS, POR INCUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE RELACIONADA COM DESEMPENHO ESCOLAR	28
FIGURA 9 – REQUERIMENTOS INDEFERIDOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO, POR INCUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE RELACIONADA COM DESEMPENHO ESCOLAR, CONSIDERANDO O TOTAL DE REQUERIMENTOS REJEITADOS PELO MESMO MOTIVO NO P. PORTO, NO ANO LETIVO 2015-16	29
FIGURA 10 – REQUERIMENTOS INDEFERIDOS POR ESCOLA, POR INCUMPRIMENTO DE CONDIÇÃO DE ELEGIBILIDADE RELACIONADA COM DESEMPENHO ESCOLAR, CONSIDERANDO O UNIVERSO DOS REQUERIMENTOS SUBMETIDOS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO, NO ANO LETIVO 2015-2016	30
FIGURA 11 – EVOLUÇÃO GLOBAL DO NÚMERO DE PROCESSOS AUDITADOS	34
FIGURA 12 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS DEFERIDOS AUDITADOS	34
FIGURA 13 – RESULTADO DAS AÇÕES DE AUDITORIA REALIZADAS EM 2015, REFERENTES AO ANO LETIVO 2014-2015 – IMPACTO NO APOIO ATRIBUÍDO	35
FIGURA 14 – IMPACTO, POR AÇÃO DE AUDITORIA, NO APOIO ATRIBUÍDO OU DECISÃO 2014/2015, EM 2015	35
FIGURA 16 – REPRESENTAÇÃO DO MONTANTE TOTAL DE BOLSA INICIALMENTE ATRIBUÍDO AOS 43 REQUERIMENTOS POR COMPARAÇÃO COM O VALOR TOTAL FINAL	37
FIGURA 17 – INFLUÊNCIA DA REVISÃO DOS DADOS ACADÉMICOS NO VALOR DA BOLSA DE ESTUDOS	38

FIGURA 18 – IMPACTO NO VALOR TOTAL DA BOLSA DE ESTUDOS NOS REQUERIMENTOS EM QUE O VALOR DO APOIO ALTEROU.....	38
FIGURA 19 – INFLUÊNCIA ENTRE A REVISÃO DO MOTIVO ASSOCIADO À ATRIBUIÇÃO EXCECIONAL DO APOIO E O VALOR DO APOIO.....	39
FIGURA 20 – EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS NAS UNIDADES ALIMENTARES ENTRE 2010 E 2015	43
FIGURA 21 – EVOLUÇÃO DAS REFEIÇÕES SERVIDAS, POR UNIDADE ALIMENTAR, ENTRE 2010 E 2015	43
FIGURA 22 – EVOLUÇÃO DO TOTAL DE REFEIÇÕES SERVIDAS ENTRE 2010 E 2015.....	44
FIGURA 24 – RESULTADOS DAS INSPEÇÕES HIGIO-SANITÁRIAS À PRODUÇÃO, POR MÊS, POR UNIDADE ALIMENTAR.....	45
FIGURA 25 – RESULTADOS DAS GLOBAIS MÉDIOS DAS AÇÕES DE VERIFICAÇÃO DAS UNIDADES ALIMENTARES	45
FIGURA 26 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES DE 2011 A 1015 (DATA DE REFERÊNCIA 31.12.2015).....	52
FIGURA 27 – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES NAS RESIDÊNCIAS POR CONDIÇÃO, DE 2011 A 2015 52	
FIGURA 28 – DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES, POR TIPO DE RESIDENTE, EM 2015.....	53
FIGURA 29- ORIGEM GEOGRÁFICA DOS RESIDENTES.....	53
FIGURA 30 – RECURSOS HUMANOS A 31-12-2015.....	76
FIGURA 31 – EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL E GÊNERO A 31-12-2015.....	76
FIGURA 32 – EFETIVOS POR ESCALÃO ETÁRIO A 31-12-2015.....	77
FIGURA 33 – EFETIVOS POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA A 31-12-2015.....	77
FIGURA 34 – MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO A 31-12-2015.....	78
FIGURA 35- EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL NO PERÍODO DE 2010-2015.....	78
FIGURA 36 – RECEBIMENTOS COBRADA POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	84
FIGURA 37– EVOLUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	85
FIGURA 38 – EVOLUÇÃO DOS RECEBIMENTOS POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	85
FIGURA 42 – DESPESA PAGA POR FONTE DE FINANCIAMENTO.....	87
FIGURA 43 – EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA.....	88
FIGURA 44 – EVOLUÇÃO DA TIPOLOGIA DA DESPESA PAGA.....	88

FIGURA 45 – COMPARAÇÃO DE DESPESA PAGA 2015-2014	89
FIGURA 46 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA.....	90
FIGURA 47 – DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA.....	90
FIGURA 55- EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS.....	97
FIGURA 56 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE PROVEITOS E GANHOS.....	97
FIGURA 57 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS.....	98
FIGURA 58 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS E PERDAS.....	99
FIGURA 59 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS.....	100
FIGURA 60 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS.....	100

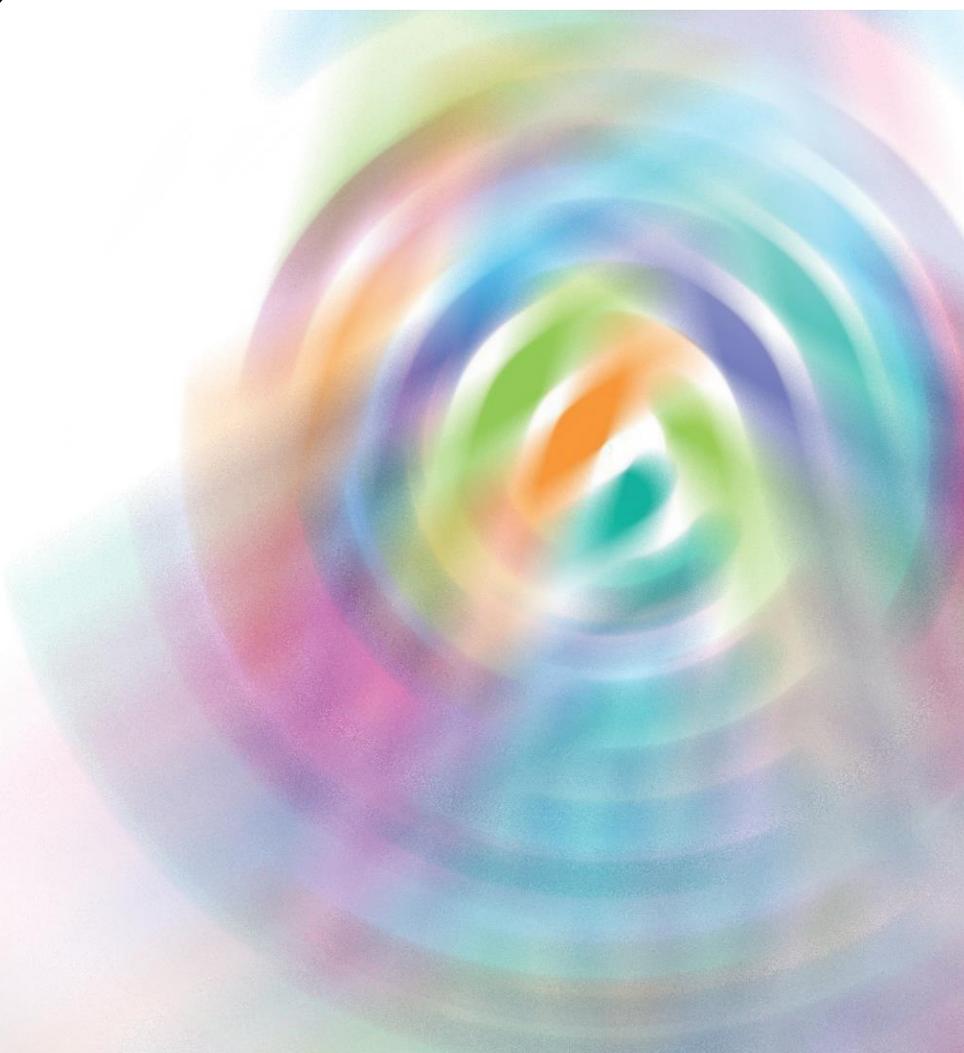
1.

Introdução

sempre perto!

2016

conhecimento
sucesso
alegria



O presente relatório, assim como as contas que lhe estão anexas, relativo ao **exercício de 2015** dos Serviços de Acção Social do Politécnico do Porto (SAS do P.PORTO) foi elaborado nos termos da legislação aplicável aos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e das normas do POC Educação, destinando-se à prestação de contas perante os órgãos de governo do P.PORTO e consequente consolidação de contas do respetivo Grupo Público, bem como, nos termos da Lei, ao Tribunal de Contas, Ministérios da Tutela e ao Ministério das Finanças.

Os SAS do P.PORTO constituem-se assim como um serviço do Politécnico do Porto dotado de autonomia administrativa e financeira, mas integrante do universo do respetivo grupo público, articulando as orientações estratégicas definidas pelos órgãos próprios do P.PORTO e a política de ação social da responsabilidade do Governo.

As demonstrações financeiras, bem como os demais documentos de prestação de contas, incluindo o presente relatório, foram elaborados sob a responsabilidade do Administrador, nos termos previstos na alínea i) do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento Orgânico dos SAS do P.PORTO, aprovado por Deliberação n.º 1386/2010, do Conselho Geral do P.PORTO, e publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 06 de Agosto, e aprovados pelo Conselho de Gestão do P.PORTO, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo Regulamento.

O Relatório de Atividades e Contas, relativo ao ano de 2015, procura demonstrar não só as atividades dos serviços, mas também a sua organização, financiamento e custos, integrando-os relacionalmente com os anos anteriores.

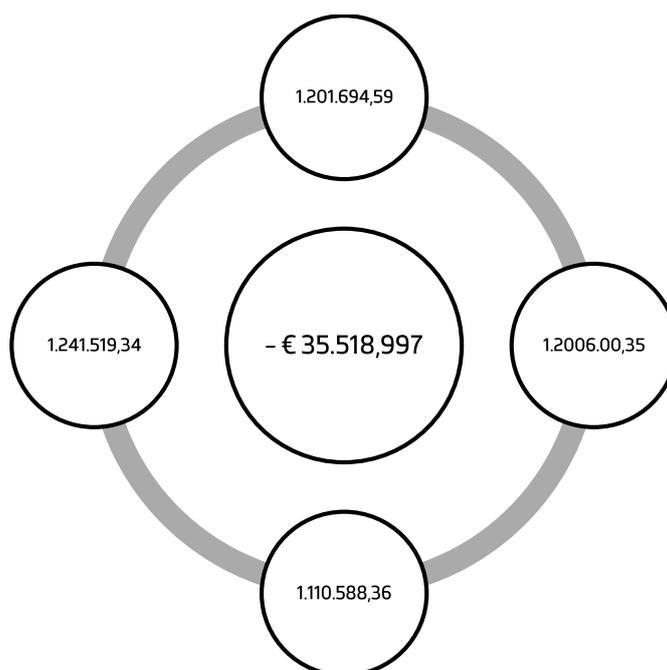
2.

**Resu
mo
Exec
utivo**

Os SAS do P.PORTO presta contas nos termos previstos no POC-E, aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro, conjugado com as Instruções do Tribunal de Contas (Instrução n.º 1/2004, de 22 de Janeiro, publicada na II Série do Diário da República, N.º 38, de 14 de Fevereiro de 2004).

A situação financeira dos SAS encontra-se apresentada nas demonstrações financeiras do exercício de 2015, importando realçar os seguintes aspetos:

- O total de Receitas de Fundos Próprios foi de € 1.201.694,59, o Total de Receitas do Exercício foi de € 4.227.469,68 enquanto que os Pagamentos do exercício foram de € 1.110.588,36;
- O total dos custos do exercício ascendeu a € 1.241.519,34;
- O total dos proveitos do exercício foi de € 1.206.000,35;
- O resultado líquido do exercício foi negativo, na exata quantia de € 35.518,99;
- O Saldo Inicial da Gerência foi de € 2.989.351,09, enquanto o Saldo Final da Gerência foi de € 3.080.457,32.



3.

**Ide
ntifi
caç
ão**

Missão

Constitui **missão** dos SAS do P.PORTO executar as políticas de ação social escolar, definidas pelo Governo e pelos órgãos próprios do P.PORTO, tendo como objetivo garantir condições de equidade no acesso ao ensino superior, especialmente os estudantes mais carenciados, bem como a prestação aos estudantes de serviços de qualidade que contribuam para o seu sucesso escolar.

Visão

Os SAS do P.PORTO pretendem ser uma organização inovadora, com o foco nos interesses dos estudantes, potenciando a unidade de objetivos das políticas de ação social no âmbito do Politécnico do Porto.

Princípios

Princípio da atenção centrada no estudante – os SAS do P.PORTO estão ao serviço dos estudantes, especialmente os mais carenciados, pelo que devem compreender as suas necessidades atuais e futuras, cumprir os seus requisitos de qualidade e esforçarem-se por exceder as suas expectativas.

Princípio da transparência – como garantia preventiva da imparcialidade, os SAS do P.PORTO atuam de forma a garantir objetividade e isenção, que deve sustentar o sentimento de confiança recíproca entre estes serviços e os estudantes.

Princípio da boa-fé – os SAS do P.PORTO e os estudantes agem e relacionam-se segundo regras de boa-fé, para que em ambos se enraíze a confiança indispensável a um saudável relacionamento.

Princípio da proporcionalidade – entendido como o direito reconhecido a cada estudante de beneficiar de apoio adequado à sua situação concreta.

Princípio da informação e da qualidade – os SAS do P.PORTO devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

Princípio da responsabilização do estudante – que aponta para a assunção pelo estudante das consequências da sua ação, expressa ou implícita, pelos seus atos.

Princípio da melhoria contínua – a melhoria contínua do desempenho da sua missão é um objetivo permanente dos SAS do P.PORTO.

Atribuições

No âmbito do sistema de ação social escolar os SAS do P.PORTO concedem apoios sociais diretos e indiretos.

São modalidades de apoio social direto:

- a) Bolsas de estudo;
- b) Auxílios de emergência.

São modalidades de apoio social indireto:

- a) Acesso à alimentação e ao alojamento;
- b) Acesso a serviços de saúde, psicologia e aconselhamento social;
- d) Apoio bibliográfico e material escolar;
- e) Acesso a outros apoios educativos.

Os SAS do P.PORTO poderão ainda implementar outras modalidades de apoio social, com vista à efetiva aplicação de políticas sociais ativas, designadamente:

- a) Atribuição de bolsas de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excecional;
- b) Concessão de apoios a estudantes com necessidades especiais, nomeadamente aos portadores de deficiência;
- c) Concretização de um sistema de empréstimos para utilização dos estudantes.

Os SAS do P.PORTO, no âmbito da sua missão, contribuirão para a criação de condições necessárias à frequência do ensino superior por trabalhadores-estudantes

Valores

Equidade – adaptação das regras existentes a situações concretas, observando critérios de justiça e igualdade.

Integridade – Alinhar a prática com valores fundamentais e os princípios éticos institucionais.

Solidariedade ativa – Investir na preocupação com o bem-estar dos outros e da humanidade.

Inclusão – Promover um ambiente onde todos se sintam bem-vindos, aceites e respeitados.

Dedicação – Demonstrar o compromisso excecional de trabalho de qualidade e liderança com os nossos estudantes.

Colaboração – Partilhar de forma ativa os nossos talentos, competências, habilidades, recursos e tempo, de forma que se reverta num impacto positivo e diferenciador para o aluno.

Recetividade – Antecipar e responder às necessidades daqueles a quem servimos.

Inovação – Conduzir, através de soluções criativas e progressistas, o desenvolvimento da nossa missão na área da ação social.

Enquadramento Legal

Os Serviços de Ação Social do Politécnico do Porto são uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, nos termos dos art.º 41.º e 42.º dos respetivos Estatutos, homologados pelo Despacho normativo n.º 5/2009, publicado no Diário da República, II Série, n.º 22, de 2 de fevereiro de 2009.

Os SAS do P.PORTO consolidam as suas contas com o P.PORTO e estão sujeitos à fiscalização exercida pelo fiscal único, à jurisdição do Tribunal de Contas e estão sujeitas aos poderes de fiscalização do estado através dos Ministérios da Tutela e das Finanças.

Órgãos e Estrutura Organizacional

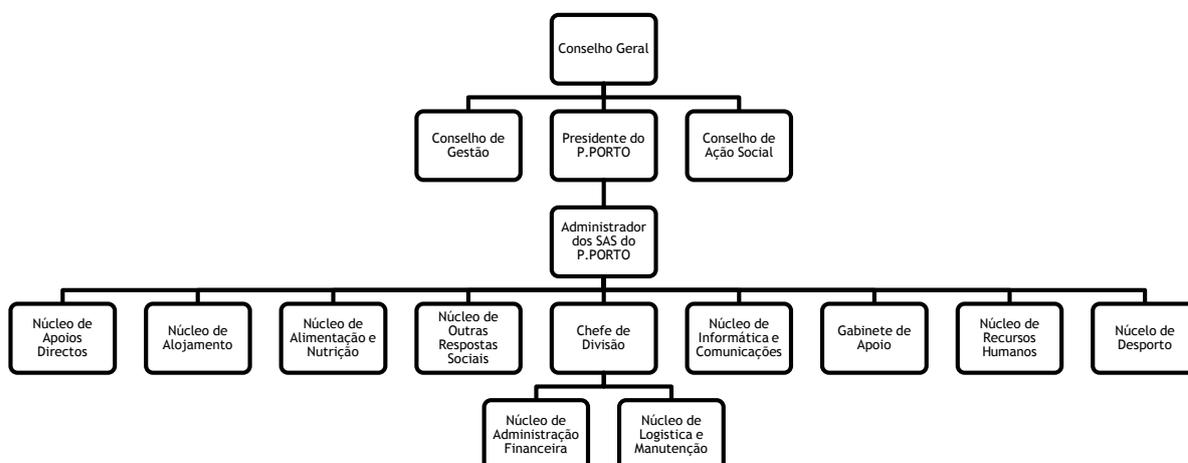
A estrutura orgânica dos SAS do P.PORTO encontra-se definida no Regulamento Orgânico aprovado por Deliberação Conselho Geral n.º 1386/2010, de 07/06, publicado no DR, II série, n.º 152, de 06/08.

O governo dos Serviços de Acção Social do P.PORTO é exercido pelos seguintes órgãos:

- a) O Conselho geral;
- b) O Presidente;
- c) O Conselho de Gestão.

São órgãos dos SAS do P.PORTO:

- a) O Conselho de Acção Social;
- b) O Administrador.



A partir de setembro de 2015 verificaram-se alterações à estrutura orgânica dos SAS, resultantes da nomeação de novo Administrador e definição de um novo modelo, já consagrado nos princípios dos Estatutos do Politécnico do Porto e do Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social.

O Plano Estratégico 2014–2018 estabelece como objetivo do Politécnico do Porto incrementar os níveis de eficiência de gestão mediante a criação de serviços partilhados e a valorização de competências existentes no P.PORTO, pelo que nos termos do Despacho IPP/P-026/2012, de 27 de março, foi definida a criação de uma estrutura de funcionamento partilhada entre os Serviços da Presidência e os Serviços de Ação Social, a qual se encontra a ser desenvolvida e aprofundada durante o ano de 2016.

Com base neste princípio a Vice-Presidente do Politécnico do Porto com competências delegadas na área da gestão académica, ação social e apoio ao estudante assumiu a gestão direta do Núcleo de Apoios Directos e o Administrador do Politécnico do Porto acumula a administração da Ação Social assumindo a gestão direta de todos os restantes núcleos.

Órgão	Composição	Cargo	Membro
Presidente do IPP			Rosário Gambôa
Conselho de Gestão	Presidente do IPP	Presidente	Rosário Gambôa
	Vice-Presidente do IPP	Vogal	Carlos Ramos
	Vice-Presidente do IPP	Vogal	Delminda Lopes
	Vice-Presidente do IPP	Vogal	Luís Lima
	Administrador	Vogal	Paulo Ferraz
Conselho de Ação Social	Presidente do IPP	Presidente	Rosário Gambôa
	Administrador SAS.IPP	Vogal	Eduarda Machado/ Paulo Ferraz
	Estudante	Vogal	Rui Filipe Soares
	Estudante	Vogal	José Diogo Pimentel
Administrador dos SAS.IPP⁽¹⁾			Eduarda Machado
			Paulo Ferraz

(1) Dr.ª Eduarda Machado durante o período de 01/01/2015 a 13/9/2015 e Dr. Paulo Ferraz desde 14/9/2015.

Núcleo de Apoios Diretos (NAD)

O NAD desenvolve a sua atividade nas seguintes áreas:

- Gestão de processos de candidatura a bolsas de estudo e outros apoios diretos;
- Análise técnica das candidaturas a bolsa de estudo, proposta de decisão e pagamentos;
- Gesto da informação e histórico de candidaturas;
- Tratamento estatístico de dados e informação a prestar a entidades tutelares ou externas;
- Estudo e proposta de outras respostas sociais na área de apoios diretos, nomeadamente a estudantes portadores de deficiência.

Núcleo de Alojamento (NAL)

O NAL desenvolve a sua atividade nas seguintes áreas:

- Gestão do parque de residências de estudantes, incluindo os serviços prestados aos estudantes residentes;
- Gestão de candidaturas e colocações;
- Gestão de cobranças.
- Apoio aos estudantes residentes e estudo de propostas de melhoria e diversificação de serviços ao aluno.

Núcleo de Alimentação e Nutrição (NAN)

O NAN desenvolve a sua atividade nas áreas de:

- a) Gestão física de cantinas e bares, incluindo instalações e equipamentos;
- b) Gestão de contratos de fornecimento de refeições, de exploração de bares ou colocação de bares automáticos;
- c) Gestão de acessos e sistema de pagamento de refeições pelos utentes;
- d) Gestão de serviços especiais;
- e) Controlo da qualidade do serviço prestado em matéria nutricional e de segurança alimentar;
- a) Desenvolvimento de estudos de satisfação de melhoria e diversificação de serviços alimentares.

Núcleo de Outras Respostas Sociais (NORS)

Compete nomeadamente ao NORS:

- a) Proporcionar o acesso dos estudantes a serviços de saúde, apoio psicológico ou psico-pedagógico;
- b) Desenvolver iniciativas de promoção cultural, de integração dos estudantes e formação humana complementar, nomeadamente ao nível da cidadania;
- c) Estudar e propor medidas do apoio a estudantes com necessidades especiais, designadamente os portadores de deficiência;
- d) Assegurar a gestão de projetos de voluntariado social;
- e) Estudar o desenvolvimento de outras respostas sociais no interesse da formação integral do estudante, Do sucesso educativo e da preparação para a vida ativa;
- f) Promover ou colaborar em iniciativas com vista à empregabilidade dos estudantes.

Núcleo de Administração Financeira (NAF)

O NAF compreende as seguintes áreas:

- a) Gestão orçamental;
- b) Contabilidade e prestação de contas;
- c) Tesouraria;
- d) Processamento de remunerações e outros abonos ao pessoal;
- e) Assuntos fiscais, de segurança social e afins.

Núcleo de Logística e Manutenção (NLM)

O NLM compreende as seguintes áreas:

- a) Aprovisionamento e contratação pública;
- b) Gestão e manutenção de equipamentos;

- c) Conservação do património edificado;
- d) Segurança das instalações;
- e) Gestão de obras de conservação ou construção.

Núcleo de Informática e Comunicações (NIC)

O NIC compreende nomeadamente as seguintes áreas:

- a) Gestão e operacionalização da rede de dados e comunicações;
- b) Gestão e manutenção do parque informático;
- c) Apoio aos sistemas de informação
- d) Estudo e propostas de medidas de desenvolvimento e integração de aplicações;
- e) Gestão da página dos SAS DO P.PORTO na internet.

Núcleo de Desporto (NDE)

Ao NDE compete nomeadamente:

- a) Assegurar a gestão dos espaços desportivos;
- b) Dinamizar a actividade desportiva no âmbito do P.PORTO, em cooperação com os grupos desportivos, as associações de estudantes e outros agentes desportivos;
- c) Apoiar o desporto de competição por equipas constituídas no âmbito do P.PORTO.

O Núcleo de Desporto encontra-se sob gestão do Centro Desportivo do P.PORTO

Núcleo de Recursos Humanos:

O NRH compreende nomeadamente as seguintes áreas:

- a) Gestão de procedimentos concursais;
- b) Contratação de pessoal;
- c) Horários, férias, faltas e licenças;
- d) Cadastro e certificação de dados;
- e) Planeamento da formação profissional.

As atividades desenvolvidas nesta área são asseguradas integralmente pela Divisão de Recursos Humanos dos Serviços da Presidência.

Esta partilha decorre da integração das áreas comuns dos SAS do P.PORTO com os Serviços da Presidência, tal como decorre do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Regulamento Orgânico dos SAS do Politécnico do Porto, e foi previsto no Despacho IPP/P-026/2012, de 27 de março de 2012.

4.

Resul tados Globa is



APOIOS SOCIAIS DIRETOS

**BOLSAS DE ESTUDO E AUXÍLIOS DE
EMERGÊNCIA**

*promover uma
efetiva igualdade
de oportunidades
no sucesso
escolar*

A Lei n.º 37/2003 de 22 de agosto prevê, no âmbito do sistema de ação social, que o Estado conceda aos estudantes economicamente carenciados apoios diretos, designadamente bolsas de estudo e auxílios de emergência, suportados integralmente pelo Estado a fundo perdido, que contribuem para custear os encargos com a frequência de um curso ou com a realização de um estágio profissional de caráter obrigatório.

A ação social é uma das garantias para a concretização do direito à educação. Em contexto de ensino superior esta tem por objetivo proporcionar aos estudantes melhores condições de estudo mediante a concessão de, entre outros, apoios financeiros.

Estes apoios visam proporcionar aos estudantes inseridos em contextos económicos mais desfavorecidos condições financeiras para poderem concluir, com sucesso escolar, a sua formação académica.

Compete ao Serviços de Ação Social implementar essa política de ação social direta, através da atribuição de bolsas de estudo e auxílios de emergência.

No quadro dessa política, os SAS assumem o compromisso da melhoria contínua no processo de atribuição de bolsas de estudo visando o aumento da justiça, da rapidez e da eficiência do sistema de ação social direta. Para este fim, assinala-se, entre outras medidas, o planeamento das ações e procedimentos internos inerentes à atribuição de uma bolsa de estudo. Anualmente é previamente definido um conjunto de procedimentos de análise dos requerimentos de atribuição de bolsa de estudo, que conta com os contributos da equipa técnica de bolsas de estudo.

Este planeamento dos procedimentos internos visa, sobretudo, agilizar o processo de análise dos requerimentos de atribuição de bolsas de estudo, reduzindo o tempo médio de resposta das decisões, assim como uniformizar os critérios de análise de forma a garantir maior justiça e equidade nas propostas de decisão da equipa técnica.

O ano de 2015 foi, essencialmente, um ano em que se procurou consolidar as boas práticas que se foram implementando ao longo dos anos, resultantes, em grande medida, das conclusões obtidas das várias ações de controlo internas levadas a cabo anualmente.

Os SAS do P.PORTO implementam, de forma continuada, os procedimentos de monitorização do cumprimento do regulamento por parte dos estudantes bem como dos próprios serviços, visando o aumento da qualidade dos serviços a prestar bem com o controlo financeiro, no sentido da otimização dos recursos públicos, assegurando que o apoio financeiro público é direcionado para os estudantes economicamente mais carenciados.

Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior

O processo de atribuição de bolsas de estudo, no âmbito do sistema de apoios sociais para a frequência de cursos ministrados em instituições de ensino superior, encontra-se definido no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, aprovado por Despacho nº 7031-B/2015 de 24 de junho de 2015, adiante designado de Regulamento.

O Regulamento para aplicação a partir do ano letivo 2015–2016 sofreu modificação face ao que vigorou no ano letivo anterior.

Das modificações introduzidas, destacam-se aquelas que têm maior visibilidade para o estudante:

- a) O aumento do limiar de elegibilidade de 14 vezes o valor do indexante dos apoios sociais acrescido do valor da propina máxima dos cursos de licenciatura do ensino superior público, para 16 vezes o valor do indexante dos apoios sociais acrescido do valor da referida propina (alínea g) do artigo 5.º);
- b) A dispensa para os estudantes cuja primeira inscrição no curso tenha sido feita na sequência de uma mudança de curso do requisito fixado na alínea e) do artigo 5.º se, no ano letivo a que o mesmo se refere, o requerente não beneficiou da atribuição de bolsa de estudo (artigo 8.º);
- c) A possibilidade de atribuição de complemento de alojamento (artigo 19.º) durante 11 meses, mais uma prestação mensal que no regulamento anterior;
- d) A divulgação de um calendário onde constem as datas, em cada mês, previstas para o pagamento da bolsa de estudo (artigo 54.º).

Além destas foram introduzidas outras, assinalando-se as seguintes:

- a) A supressão, nas fórmulas de cálculo da bolsa base anual, das majorações previstas no regulamento anterior no caso dos agregados familiares unipessoais e monoparentais. Esta medida conduziu, nos casos de renovação de bolsa e perante quadros socioeconómicos homogéneos, à diminuição do valor da bolsa de estudos, cujo impacto se fez sentir após divulgação dos resultados, consubstanciando-se no aumento de reclamações dos estudantes bolseiros;
- b) A introdução de uma nova majoração para agregados familiares com elementos menores em regime de guarda partilhada, em que cada elemento é considerado como meio elemento (0,5);
- c) A consideração como rendimento, para efeitos de cálculo do *per capita*, de parte dos lucros da empresa, quando algum elemento do agregado familiar detenha quota de participação em sociedade;
- d) O esclarecimento do enquadramento familiar unipessoal, fixando os requisitos que o requerente deve cumprir para que possa ser considerado agregado unipessoal.

Apoios sociais diretos em números

Anos letivos	N.º de estudantes	N.º de candidatos iniciais	Nº de bolseiros	Encargos anuais com bolsas	Bolsa média anual (s/complementos)	Candidatos/ Estudantes	Bolseiros/ Candidatos	Varição % dos candidatos
2010-2011	17 121	6 043	3 894	6.560.230,55 €	1.684,70 €	35%	64%	
2011-2012	17 121	5 927	3 298	5.911.734,18 €	1.792,52 €	35%	56%	-1,92%
2012-2013	17 828	5 457	3 501	6.484.872,91 €	1.795,41 €	31%	64%	-7,93%
2013-2014	17 908	5 613	3 937	7.378.963,89 €	1.838,50 €	31%	70%	2,86%
2014-2015	17 638	5 940	4 315	8.302.832,86 €	1.879,58 €	34%	73%	5,83%
2015-2016 ¹	18 134	6 554	4 833	8.382.112,72 €	1.690,86 €	36%	74%	10,34%

Figura 1 – Evolução do processo de atribuição de bolsas de estudo dos estudantes do P.PORTO²

² Fonte de informação e datas de referência:

- Anos letivos 2010-2011 a 2013-2014: Relatório de Gestão de 2013
Os dados referentes ao ano letivo 2013-2014 reportam-se, de acordo com o expresso nesse relatório, a 23-04-2014. Não se conhece a data de referência dos anteriores resultados, no entanto, porque constam em documento público consideram-se igualmente validados servindo, assim, como indicadores da evolução do processo ao longo dos anos.
- Ano letivo 2014-2015: Relatório de Gestão de 2014
A data de referência é, de acordo com o relatório, o mês de abril de 2015.
- Ano letivo 2015-2016, relativamente às variáveis:
 - a) N.º de estudantes do Universo IPP: DSIC/014482 – extração de lista estudantes inscritos no SGA, em 18-02-2016
Critério para determinação do número de estudantes do universo IPP: O número considerado abrange apenas os estudantes inscritos em cursos correspondentes aos graus de Licenciatura, Mestrado, os Cursos Técnico Superior Profissional e os Diplomados inscritos em Estágio Profissional.
A listagem original contem o total de 19.043 registos, porém foram desconsiderados os estudantes que, pela especificidade académica, não são enquadráveis no âmbito do regulamento de bolsas de estudo. Assim, foram desconsiderados 634 estudantes, correspondentes a cursos complementares de formação, cursos de especialização pós licenciatura e bacharelato, alunos extraordinários, entre outros. O estudante inscrito em dois cursos foi contabilizado uma vez.
 - b) N.º de requerentes a bolsa de estudo: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Dados de Candidatura (em bruto) em 06.01.2016
 - c) N.º de bolseiros: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa de candidaturas (Divulgação – Regulamento) – Síntese, extraído em 21.01.2016. A data de referência dos dados mencionados é 01-01-2016.
 - d) Encargos anuais com bolsas: Idem c)
Observação: Corresponde à despesa total a realizar até ao final do ano letivo com as bolsas já atribuídas.
 - e) Bolsa base média anual: Idem c)

Na tabela pode observar-se a evolução, ao longo dos últimos seis anos letivos, do número de estudantes inscritos no P. Porto, do número de requerentes a bolsas de estudo, do número de bolseiros e da bolsa média.

Desde o ano letivo 2013-2014 tem-se vindo a verificar um aumento gradual do número de requerentes a bolsa de estudos e do número de estudantes beneficiários de bolsa de estudo.

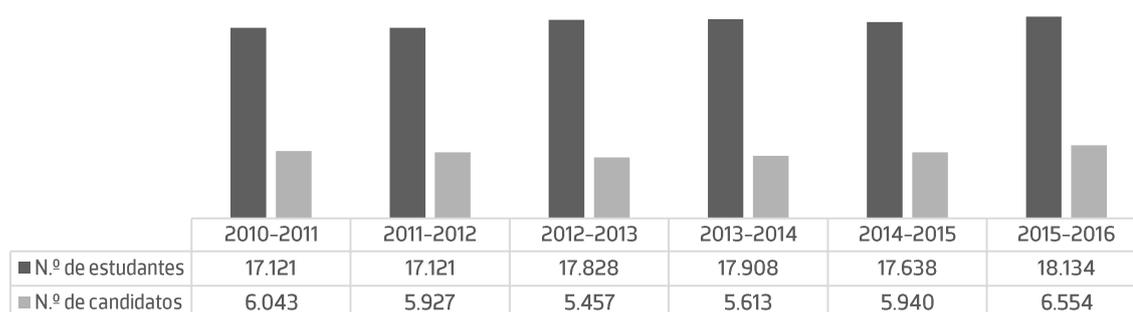


Figura 2 - Percentagem de requerentes com bolsa de estudo deferida

No presente ano letivo, 2015-2016, do total de estudantes do P. PORTO cerca de 36% apresentaram requerimento de atribuição de bolsa de estudo.

O número de requerentes a bolsa de estudos, comparativamente ao ano letivo transato, aumentou, representando um acréscimo de aproximadamente 10%. Registamos mais 614 requerentes a bolsa de estudos do que no ano letivo anterior.

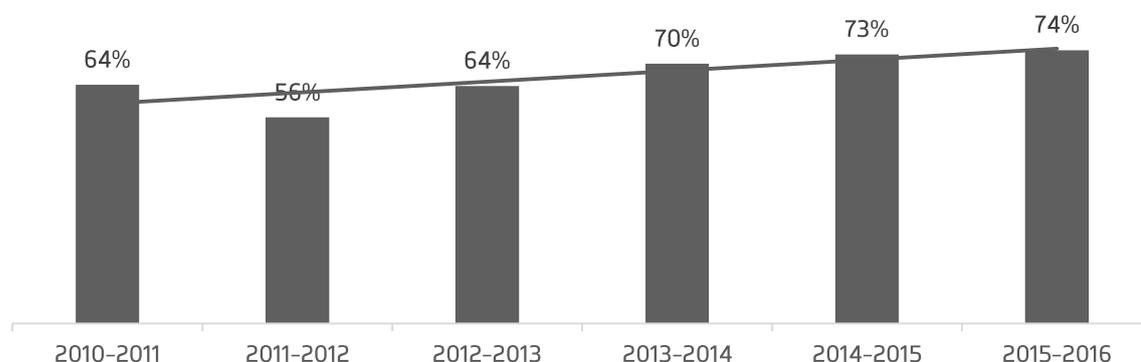


Figura 3 - Percentagem de requerentes com bolsa de estudo deferida

No presente ano letivo, 74% dos requerentes a bolsa de estudos estavam, em 01/01/2016, a beneficiar de apoio social.

O número de bolseiros aumentou comparativamente ao ano letivo anterior. Em termos quantitativos representa mais 518 bolsas atribuídas.

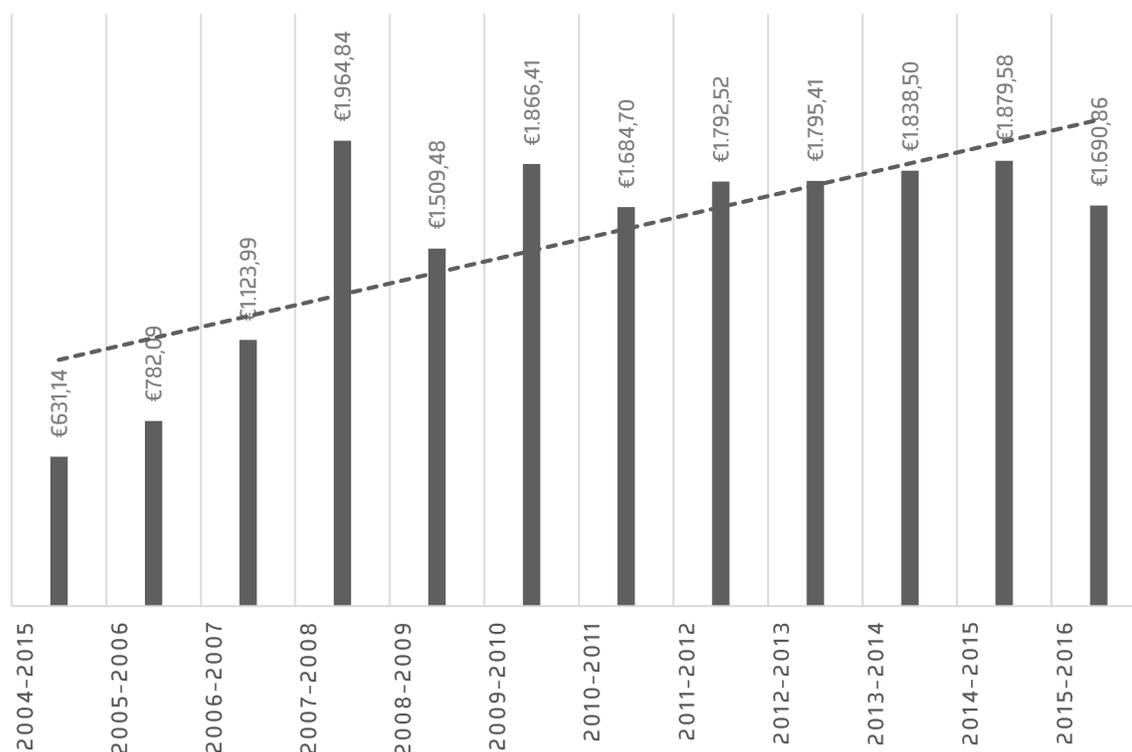


Figura 4 – Análise retrospectiva da bolsa média

Não obstante este ano letivo, 2015-2016, o número de processos de atribuição de bolsa deferidos ter sido superior ao registado no ano letivo anterior (mais 518 bolseiros) assistimos paradoxalmente ao decréscimo do valor da bolsa média anual.

As alterações ao Regulamento de Atribuição de Bolsa de Estudo a Estudante do Ensino Superior podem estar na base desta redução do valor da bolsa média.

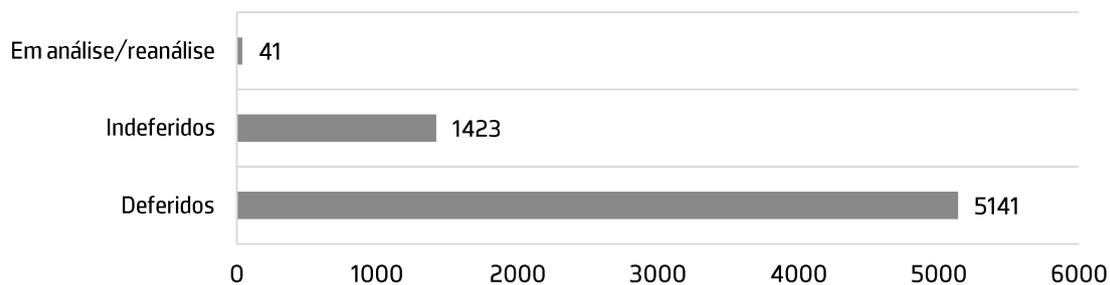


Figura 5 - Estado atual do processo de atribuição de bolsas de estudo 2015-20163

De acordo com informação estatística mais recente, o processo de atribuição de bolsa de estudos encontra-se praticamente concluído (cerca de 99% do processo tem decisão final).

Os estudantes podem submeter requerimento de bolsa de estudos até ao final do mês de maio e/ou requerimento de reapreciação do valor da bolsa atribuída em caso de alteração significativa da realidade familiar e/ou económica do agregado familiar. Assim, o processo de requerimento de bolsas de estudos apenas poderá ser dado como concluído após o termo dos prazos regulamentares para apresentação do requerimento a bolsa de estudo ou de revisão da decisão.

À data de referência encontram-se em curso várias ações de auditoria interna com vista à monitorização dos apoios atribuídos. Neste âmbito, alguns dos requerimentos sujeitos a auditoria forma reabertos, para reanálise. Estes processos inserem-se no número de processos por concluir.

³ Fonte: informação estatística disponibilizada pela DGES no seu sítio da internet, <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Bolsas/EstatisticaBolsas/InfoEst1516.htm>, em 21-04-2016 às 19:44:27



Figura 6 – Submissão dos requerimentos de atribuição de bolsa de estudo para o ano letivo 2015–2016, em 2015

O mês com maior número de requerimentos submetidos foi setembro, concentrados na 2.^a quinzena. Até ao dia 25 de setembro foram contabilizados 4.475 requerimentos submetidos, que representa cerca de 73% do processo global (requerimentos submetidos em 2015, 6.554).

O início de outubro registou-se também um número significativo de requerimentos, entre o dia 25-09-2015 e o dia 02-10-2015 registando-se 1.216 requerimentos submetidos.

Considera-se que este cômputo está diretamente relacionado com o fim do prazo normal de submissão do requerimento de atribuição de bolsa de estudo, definido no art.º 28.º do Regulamento, que termina a 30 de setembro e com a estabilização da situação académica dos estudantes, no caso das renovações de inscrições.

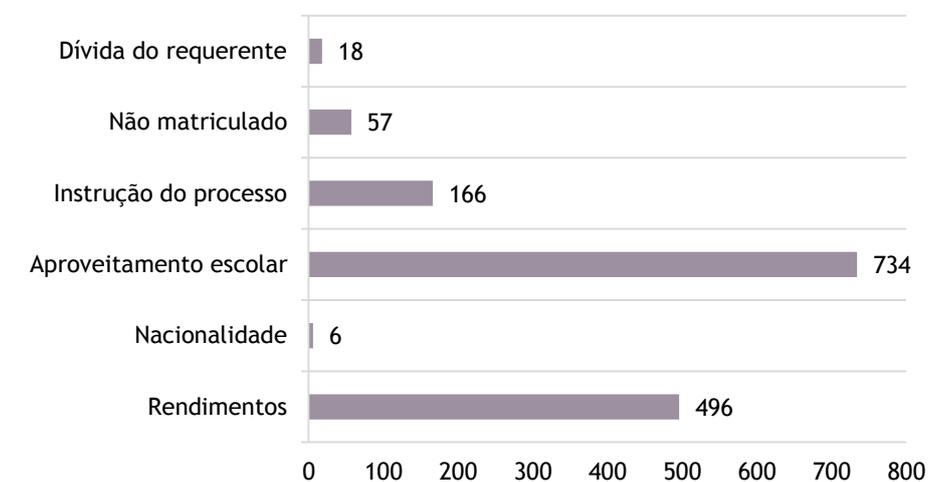
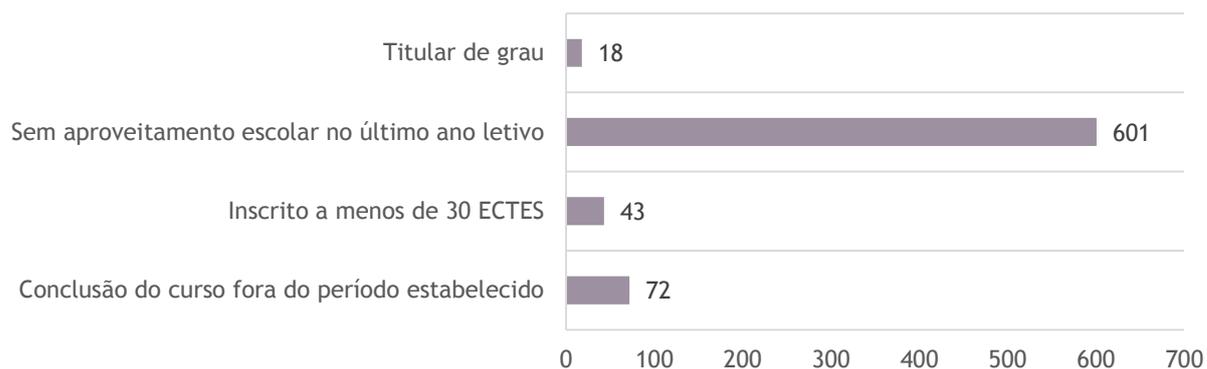


Figura 7 – Análise de requerimentos indeferidos por motivo de indeferimento⁴

O incumprimento das condições de elegibilidade relacionadas com o aproveitamento académico continua a ser o principal motivo de indeferimento dos requerimentos de atribuição de bolsa de estudo.

Figura 8 – Requerimentos indeferidos, por incumprimento de condição de elegibilidade relacionada com desempenho escolar⁵

Das condições de elegibilidade fixadas no art.º 5 do Regulamento, a prevista na alínea e), falta de aproveitamento escolar no último ano letivo frequentado, é aquela com maior impacto no número global de indeferimentos. Este motivo de indeferimento representa cerca de 82% dos indeferimentos relacionados com o insucesso académico (601 de 734 dos indeferimentos).

⁴ Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Estatístico de Candidaturas de ter 05/01/2016 11:18

⁵ Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Estatístico de Candidaturas de ter 05/01/2016 11:18

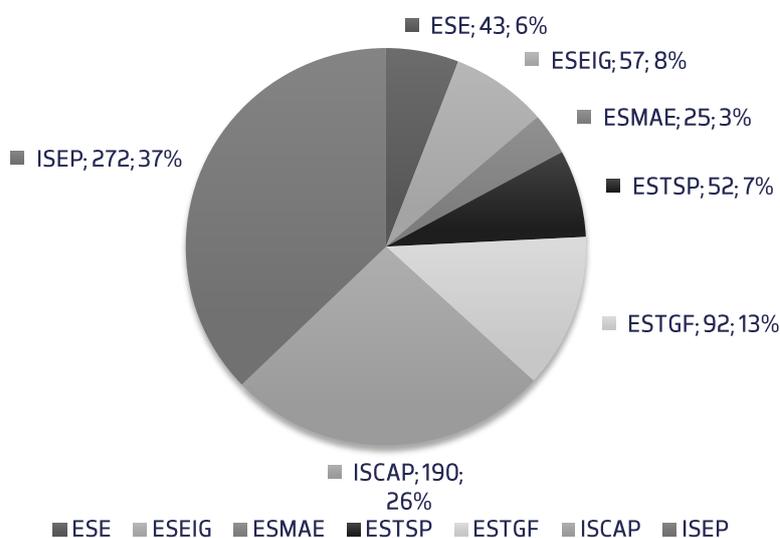


Figura 9- Requerimentos indeferidos por instituição de ensino, por incumprimento de condição de elegibilidade relacionada com desempenho escolar⁶, considerando o total de requerimentos rejeitados pelo mesmo motivo no P. Porto, no ano letivo 2015-16

O maior número de requerimentos de bolsa de estudos rejeitados por incumprimento das condições de aproveitamento escolar fixadas no Regulamento corresponde a cursos ministrados no Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP) e no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), com 37% do total de indeferimentos e 26%, respetivamente.

Estas duas instituições, ISEP e ISCAP, compreendem 63% do total de indeferimentos no P. Porto por motivos académicos.

Do lado oposto, temos a Escola Superior de Música e das Artes do Espectáculo do Porto (ESMAE), que detém 3% do total de indeferimentos.

Designação	N.º de indeferimentos ⁷	Requerimentos submetidos ⁸	% Indeferimentos
------------	------------------------------------	---------------------------------------	------------------

⁶ Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Dados de Candidatura (em bruto) de qua 06/01/2016 12:01.

⁷ Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Dados de Candidatura (em bruto) de qua 06/01/2016 12:01.

⁸ Fonte de informação: extração de mapa de atividade do SICABE, designadamente o Mapa Estatístico de Candidaturas de qua 06/01/2016 11:57.

ESE	43	947	5%
ESEIG	57	617	9%
ESMAE	25	252	10%
ESTSP	52	1197	4%
ESTGF	92	630	15%
ISCAP	190	1385	14%
ISEP	272	1526	18%

Figura 10 – Requerimentos indeferidos por Escola, por incumprimento de condição de elegibilidade relacionada com desempenho escolar, considerando o universo dos requerimentos submetidos por instituição de ensino, no ano letivo 2015–2016

A Escola Superior de Educação do Porto (ESE) e a Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto (ESTSP) apresentam um menor número de indeferimentos por motivos de natureza académica.

Fatores com influência no tempo médio de resposta

a) Cedência da informação e tratamento dos dados académicos

A transmissão da informação acerca da situação académica dos requerentes de bolsa de estudos é da competência dos serviços responsáveis pela gestão académica.

Os dados académicos são fornecidos por via eletrónica, correio eletrónico, com o conteúdo e formato fixados na minuta de preenchimento extraível do SICABE⁹, sendo posteriormente importados para o SICABE.

O SICABE reconhece informação académica incompatível, confrontando os dados académicos pré-preenchidos no sistema e os novos dados fornecidos, e quando detetada inconformidade não os importa. Não obstante considerar que se trata de uma mais-valia do sistema, na medida em que minimiza o risco de erro do qual poderia resultar o deferimento ou indeferimento indevido do requerimento de atribuição de bolsa de estudo, configura também constrangimento na medida em que é necessário proceder à revisão específica dos dados académicos não importados, caso a caso. Nestes casos, procede-se à correção manual dos dados SICABE e à inserção manual dos dados académicos em falta ou a nova exportação de mapa do SICABE para tratamento da informação pela área académica (inicia-se novo ciclo).

Em situação de erro a atualização/correção da informação no SICABE, separador Informação Académica, obriga a que o estudante tenha de ser incluído num outro ficheiro de informação dirigido à área académica

⁹SICABE significa Suporte Informático ao Concurso de Atribuição de Bolsas de Estudo do Ensino Superior, é o interface de análise de atribuição de bolsas e foi desenvolvido pela DGES.

ou procede-se à introdução manual de dados académicos, porquanto a informação em falta poderá não ser da competência da área académica do P.PORTO, nomeadamente quando o estudante vem transferido de outras IES ou tem histórico académico fora do P.PORTO.

O número de erros de importação é significativo e a respetiva correção requer grande dispêndio de tempo. Incluem-se neste âmbito, as mudanças de instituição/curso, a inscrição em ciclo de estudos distinto do frequentado em ano letivo anterior, reingressos, informação errada quanto ao ano letivo de ingresso no ciclo de estudos (situação que ocorre, maioritariamente, na realização dos pré-registos para obtenção das credenciais de acesso ao formulário online), entre outras.

Outro fator com influência no tempo de resposta decorre do procedimento interno adotado nos casos em que da análise preliminar do requerimento resultaria o indeferimento pelo motivo “Não matriculado¹⁰”. Nestes casos, e tendo por fundamentação o benefício do requerente, os requerimentos não são rejeitados sem que sejam incluídos, pelo menos uma vez mais, nos próximos pedidos de dados académicos.

Em 24-09-2015, foram contabilizados mais de 300 casos de requerentes que não tinham inscrição regular no ano letivo 2015-2016.

Confrontando este resultado com o número de processos rejeitados (indeferidos) por este motivo, 57 no total, pode-se aferir que a situação irregular é transitória e está relacionada com a efetivação da matrícula/inscrição.

b) Notificações para a entrega de documentos para a correta instrução do requerimento ou outros elementos considerados essenciais para o estudo socioeconómico.

Tendo por objetivo a redução do número de indeferimentos por instrução incompleta dos requerimentos foi instituída a norma de facultar, pelo menos, uma segunda oportunidade aos requerentes, sendo por isso relevado o primeiro incumprimento e remetida nova notificação para a entrega dos documentos.

A par deste procedimento contribui o artigo 25º do Regulamento que, por força da entrada em vigor do novo CPA, prevê:

1. As comunicações e notificações são efetuadas para a conta eletrónica do estudante aberta automaticamente pela plataforma BeOn aquando da submissão do requerimento nos termos do n.º 1 do artigo 29.º;

¹⁰ Nos termos do n.º 5 do art.º 3.º do Regulamento Geral de Matrículas e Inscrições do IPP os estudantes não estão matriculados/inscritos enquanto não procederem ao pagamento das taxas de inscrição e de seguro escolar. Assim, enquanto não regularizarem eventuais débitos, não são elegíveis para poderem beneficiar de bolsa de estudo.

2. As notificações feitas ao abrigo do presente artigo consideram-se efetuadas no momento em que o requerente aceda ao específico correio enviado para a sua conta eletrónica aberta junto da plataforma BeOn;
3. Em caso de ausência de acesso à conta eletrónica aberta junto da plataforma BeOn, a notificação considera -se efetuada no vigésimo quinto dia posterior ao seu envio, salvo quando se comprove que o requerente comunicou a alteração daquela, se demonstre ter sido impossível essa comunicação ou que o serviço de comunicações eletrónicas tenha impedido a correta receção, designadamente através de um sistema de filtragem não imputável ao interessado.

Pelo exposto, enquanto o requerente não aceder ao específico correio enviado para a sua conta eletrónica aberta junto da plataforma BeOn, o processo permanece no estado "Aguarda Notificação" e não muda de estado a não ser que seja ultrapassado o prazo previsto no nº 3 do referido artigo.

O requerente terá de aceder ao link "Ver notificação" de modo a visualizar o documento em PDF onde consta a listagem de documento em falta. Só após este passo poderá carregar os documentos solicitados. Após este procedimento, o estado do requerimento passa para "Aguarda Documentação". A partir deste momento é iniciada a contagem dos 10 dias úteis.

Caso o requerente não proceda à leitura da notificação, a mesma só é considerada como lida no vigésimo quinto dia posterior ao envio do correio eletrónico.

Em 06.01.2016 foram contabilizados 435 requerimentos no estado "Aguarda Notificação", 93 dos quais aguardavam a leitura da notificação para a entrega de documentos (candidaturas ainda não decididas) e 342 aguardavam conhecimento do resultado do requerimento de atribuição de bolsa de estudo, que inclui requerimentos aceites (bolseiros) e rejeitados (não bolseiros).

c) Informação fiscal e contributiva comunicada através da interoperabilidade com os respetivos sistemas

Este mecanismo de cedência de informação contribuiu, sem dúvida, para a desmaterialização e simplificação do processo de atribuição de bolsas de estudo, quer na ótica do estudante, que vê facilitado o preenchimento do formulário online, quer para os SAS, tornando ainda mais rigoroso o cálculo do rendimento e consequentemente do rendimento per capita.

Porque o requerimento de atribuição de bolsa de estudo não pode ser decidido sem a prévia importação da informação fiscal e contributiva é fundamental que este processo de interoperabilidade seja o mais célere possível.

Procedimento de verificação administrativa sistemática

O processo de atribuição de bolsa de estudo assenta, entre outros, no princípio da simplificação administrativa, pelo que se considera liminarmente validada a informação prestada pelos estudantes através de declaração de honra. A informação é objeto de posterior verificação, por amostragem, de forma a garantir o bom cumprimento do regulamento por parte dos estudantes.

É com vista ao incremento da qualidade dos serviços prestados que reforçamos o procedimento de verificação sistemática, procedendo à monitorização contínua dos apoios atribuídos e reajustando, com bases nos resultados, os procedimentos e os critérios de análise, aumentando assim a justiça e a imparcialidade das decisões.

O procedimento de auditoria interna visa, portanto, a otimização dos recursos públicos, a identificação de eventuais casos de fraude e o aumento de qualidade dos serviços prestados.

As ações de auditoria interna são realizadas de forma continuada, sendo exemplo disso as auditorias efetuadas aos dados académicos. O procedimento de auditoria tem, no entanto, maior incidência no final do processo de atribuição de bolsas de estudos.

Verificação administrativa sistemática em números

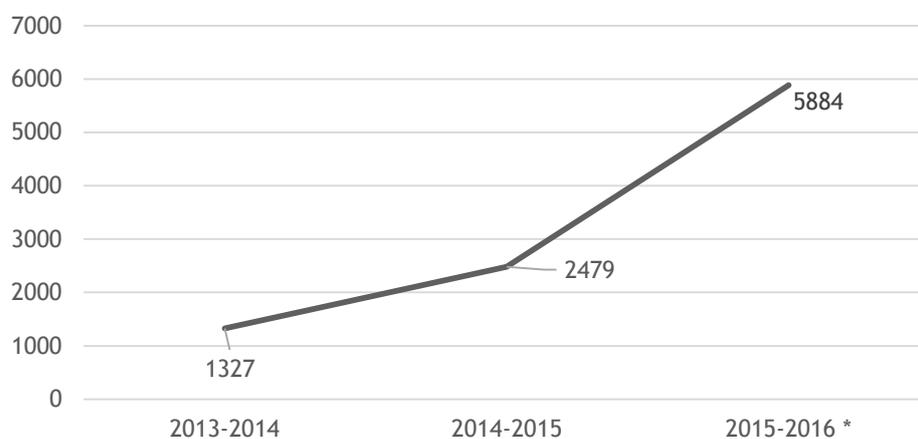


Figura 11 – Evolução global do número de processos auditados

* os dados referentes a 2015-2016 são provisórios atendendo a que o processo de auditoria está em curso (04-03-2016)

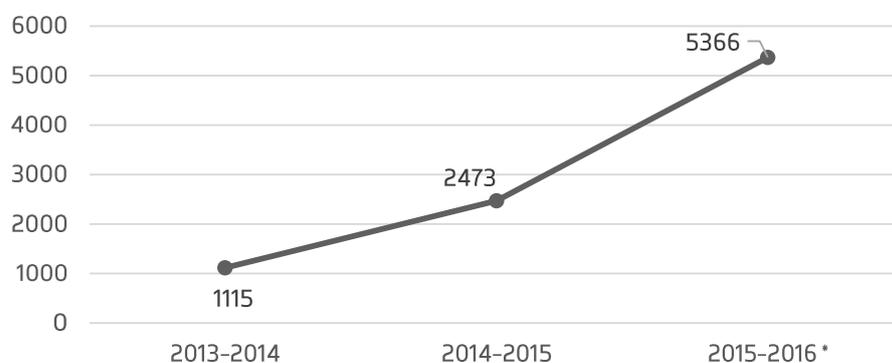


Figura 12 – Evolução do número de processos deferidos auditados.

*Nota: os dados referentes a 2015-2016 são provisórios atendendo a que o processo de auditoria está em curso (04-03-2016)

O número de processos alvo de verificação sistemática tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Este aumento gradual é justificado com a antecipação da conclusão do processo de bolsa de estudo, deixando mais tempo para programação e execução das ações de auditoria.



Figura 13 – Resultado das ações de auditoria realizadas em 2015, referentes ao ano letivo 2014-2015 – Impacto no apoio atribuído

Foram auditados 2.473 processos deferidos, verificando-se que em 155 resultou alteração do apoio atribuído e, da decisão inicialmente proferida, 6 estudantes perderam o direito à percepção total da bolsa de estudo.

Ações de auditoria 2014-2015	Perda do direito à percepção total	Diminuição do apoio	Aumento do apoio
Processos deferidos ao abrigo do art.º 48	0	3	0
Complemento de alojamento fora da residência	0	0	0
Complemento de alojamento em residência	0	1	2
Visitas domiciliárias	0	4	0
Dados académicos com alteração (exceto ISEP)	0	12	3
Dados académicos com alteração de dados (ISEP)	0	5	5
Dados académicos: Alteração do valor da Propina	0	10	2
Reanálise por técnico distinto	0	0	0
Benefício anual de viagem	0	0	0
Bolsas mínimas	0	0	0
Bolsas excecionais: Auxílios de emergência	6	3	93
Bolsas excecionais: Outros motivos	0	1	11
Total	6	39	116

Figura 14 – Impacto, por ação de auditoria, no apoio atribuído ou decisão 2014/2015, em 2015

- Estudantes que perderam o direito à bolsa de estudo: Os casos com perda do direito à percepção total da bolsa foram decorrentes da avaliação dos documentos e informações complementares, solicitados no âmbito da ação de auditoria “Auxílios de emergência¹¹”, com o objetivo de comprovar a veracidade das declarações prestadas pelo requerente.
- Estudantes que mantiveram o direito à bolsa de estudo mas o valor do apoio diminuiu: A mutabilidade dos dados académicos no decurso do ano letivo é o motivo que mais contribuiu para a diminuição dos apoios atribuídos, sobretudo as alterações de regime de frequência escolar (integral para parcial) e consequente redução do valor da propina devida e as anulações de matrícula/inscrição.
- Estudantes que beneficiaram de aumento do valor do apoio: Verifica-se que, o número de alterações mais significativo decorre da revisão dos apoios atribuídos a título de “Auxílios de emergência”, situações em que na auditoria foi validado o efetivo grau de carência dos agregados familiares, sendo por isso, atribuída bolsa de estudos em função da situação económica real e comprovada.

Resultados das principais ações de auditoria implementadas em 2015

- **Atribuição de complemento de alojamento nas residências P. Porto**

Foram auditados 232 processos dos quais 229 mantiveram o valor de complemento atribuído e 3 alteraram o valor do complemento de alojamento atribuído: 1 diminuiu e 2 aumentaram.

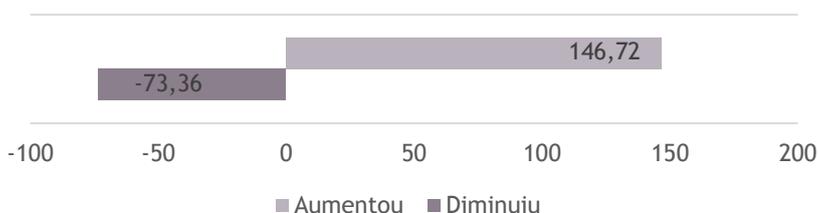


Figura 15 – Variação do valor global, em euros, do complemento face ao inicialmente reconhecido

¹¹ Processos que tinham sido deferidos com bolsa provisória, na pendência da análise efetiva da respetiva análise socioeconómica e que, para todos os efeitos legais, configurava um auxílio de emergência, de valor correspondente ao previsto no n.º 4, do artigo 22.º, do Regulamento, ou seja o equivalente a 3 x o valor do indexante de apoios sociais (IAS) em vigor em 2014 (EUR 419,22 x 3 = EUR 1258,00).

Em sede de auditoria interna, contamos 103 requerimentos que foram processados naquelas circunstâncias excecionais, tendo sido reanalisados controladamente, com vista à atribuição do apoio proporcional à real situação socioeconómica do agregado familiar.

Procedeu-se à reanálise controlada de 103 requerimentos e destes:

- 1 Requerimento manteve o apoio
- 6 Requerimentos foram rejeitados
- 3 Requerimentos diminuíram o apoio
- 93 Requerimentos aumentaram o apoio

▪ Visitas domiciliárias

Foram realizadas 43 visitas domiciliárias, com o objetivo de validar a situação familiar e confirmar o grau da carência económica do agregado familiar.

O valor total do apoio inicial atribuído aos 43 requerimentos foi de 138.619,00€. Após a conclusão da auditoria, este valor diminuiu para 137.290,00€

Dos 43 processos de bolsa, 39 mantiveram o apoio atribuído e 4 alteraram o valor de bolsa de estudo inicialmente atribuído.

Os 4 requerimentos que alteraram o valor do apoio, tiveram uma diminuição da bolsa de estudo por se apurarem dados que alteraram o *per capita* do agregado familiar

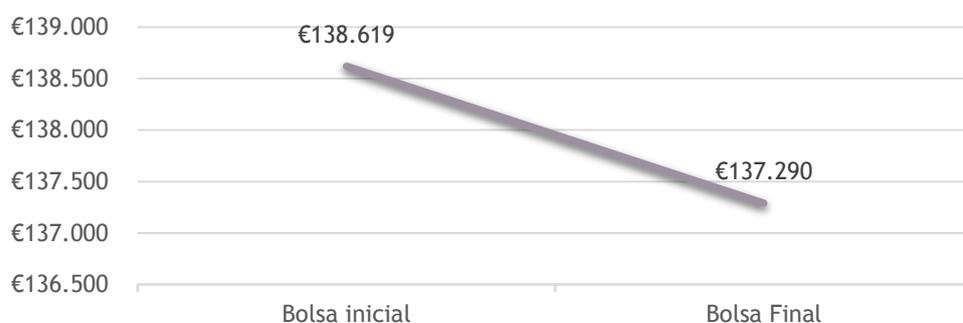


Figura 16 – Representação do montante total de bolsa inicialmente atribuído aos 43 requerimentos por comparação com o valor total final

Em termos percentuais, só diminuiu 1% o valor de bolsa de estudo atribuído inicialmente aos requerimentos dos estudantes que foram alvo de visita domiciliária.

▪ Dados académicos

Procedeu-se ao controlo dos dados académicos de 610 requerimentos sendo que destes, apurou-se:

- 112 Requerimentos: NÃO ALTERAM os dados académicos.
- 498 Requerimentos ALTERAM os dados académicos.

Dos 498 requerimentos que alteram os dados académicos:

- 3 Requerimentos AUMENTAM o apoio atribuído.
- 1 ALTERA DECISÃO, passa a reunir a condição de bolseiro.

- 12 Requerimentos DIMINUIRAM o apoio atribuído.

Do reconhecimento do aumento do apoio atribuído, a título de bolsa de estudos, naqueles 3 requerimentos, e da alteração da decisão de 1 requerimento, verificou-se um acréscimo total de 4.828€, de valores pagos.

Do reconhecimento da diminuição do apoio atribuído, a título de bolsa de estudos, naqueles 12 requerimentos, verificou-se um decréscimo total de 10.815€.

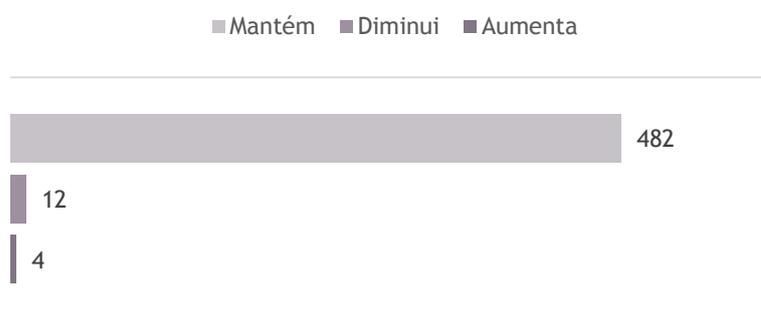


Figura 17 - Influência da revisão dos dados académicos no valor da bolsa de estudos

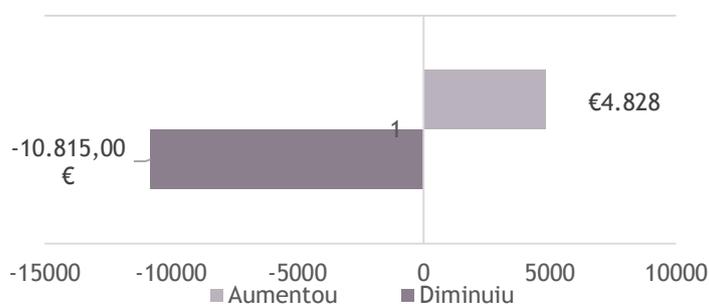


Figura 18 - Impacto no valor total da bolsa de estudos nos requerimentos em que o valor do apoio alterou.

▪ **Benefício anual de viagem**

Foram auditados todos os bolseiros que beneficiaram deste apoio, no total de 41 requerimentos.

Em termos percentuais, 100% das candidaturas cumpriram com o requisito da morada, localizada na região autónoma da Madeira ou Açores, onde também foi possível constatar que os beneficiários do complemento anual de transportes frequentavam cursos não congéneres àqueles lecionados em estabelecimentos de ensino

da sua área de residência. Concomitantemente, também se auditou se o meio de prova apresentado e o valor do apoio atribuído estava em conformidade.

- **Bolsas de estudo: com caráter excepcional**

Esta ação de auditoria visou certificar se o motivo que esteve na origem da atribuição excepcional do apoio foi corretamente identificado. Neste âmbito foram auditados 291 requerimentos que foram aceites com um dos quatro motivos seguintes: *Sem aproveitamento escolar*, *Situação de acolhimento institucional*, *Detido*, *Membro de ordem religiosa* ou *Situação excepcional*.

Dos 291 requerimentos auditados, em 280 verificou-se ter sido corretamente associado o motivo subjacente à atribuição excepcional do apoio, e nos restantes 11, o motivo que concorreu para a exceção do apoio reconhecido estava incorreto. Estas incorreções não tiveram qualquer tipo de influência no valor do apoio já atribuído, estando incorreto, conforme referido, apenas o motivo excepcional associado à aceitação dos requerimentos.

No decurso da auditoria, resultou a necessidade de processamento de valores retroativos, a título de bolsa de estudo em 11 candidaturas, no valor total de 8. 427,66 €. Estes retroativos resultaram do SICABE não estar padronizado para atribuir corretamente as bolsas excecionais para candidatos que beneficiem menos de 10 prestações de bolsa de estudo. Apurou-se, também, que em 1 candidatura o montante do apoio atribuído estava incorreto por erro no lançamento manual do valor.

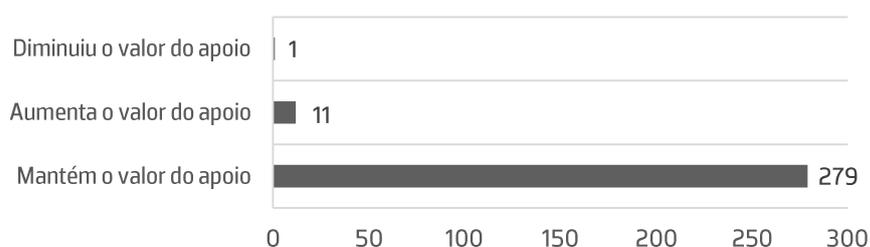


Figura19 – Influência entre a revisão do motivo associado à atribuição excepcional do apoio e o valor do apoio.

APOIOS SOCIAIS INDIRETOS

ALIMENTAÇÃO

*promover hábitos
para uma
alimentação
saudável e
nutricionalmente
equilibrada*

A Ação Social do P.PORTO, através das Unidades Alimentares instaladas nas Escolas, assegura diariamente o fornecimento de refeições aos estudantes, docentes e funcionários segundo duas valências:

- Confeção e fornecimento de refeições em regime de self-service;
- Serviço de cafetaria, bar ou snack-bar

A refeição servida em regime de self-service, designada por refeição social, é composta por: sopa, prato principal (de carne, ou peixe, ou ovo-láteo-vegetariano, ou dieta), salada, pão, sobremesa e bebida. Nos snack-bars e bares são servidas refeições alternativas ligeiras e de cafetaria.

Em todas as Unidades Alimentares, o serviço de refeições encontra-se concessionado a uma entidade externa que realiza a sua gestão e exploração, sob supervisão dos Serviços de Acção Social. Esta entidade tem implementado um sistema HACCP e encontra-se certificada segundo as seguintes Normas:

- NP EN ISSO 22000:2005 (Sistema de Gestão de Segurança Alimentar)
- NP EN ISO 9001:2008 (Sistema de Gestão da Qualidade)
- NP EN ISSO 14001:2004 (Sistema de Gestão Ambiental)
- OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho)

A Ação Social do P.PORTO assegura a gestão do contrato de concessão de exploração das Unidades Alimentares através do acompanhamento técnico e de supervisão ao nível da segurança alimentar e da rastreabilidade dos géneros alimentícios, tendo implementadas ações periódicas de inspeção higio-sanitárias, incluindo a realização de análises microbiológicas, e auditorias ao sistema HACCP.

A área da Alimentação da Ação Social do P.PORTO pretendem proporcionar serviços que vão de encontro aos padrões alimentares habitualmente aceites nas faixas etárias abrangidas, sem deixar de corresponder às expectativas e satisfação dos utentes, equilibrando-as do ponto de vista nutricional, apesar da política de preços mais baixa dificultar esse objetivo.

O preço mínimo da refeição social é determinado pelo Despacho do Ministro da Ciência e do Ensino Superior, n.º 22.434/2002 (2ª Série) de 1 de Outubro, com atualização no início de cada ano letivo.

Da aplicação deste Despacho resulta que estudantes que frequentem o 1º e 2º ciclo, independentemente da sua situação socioeconómica, paguem o preço tabelado de menor valor que é determinado nos termos fixados no referido despacho, correspondendo, por princípio, a 0,5% da Retribuição Mínima Mensal Garantida em vigor no início de cada ano letivo.

Não obstante o limiar máximo possível se fixar nos 2,525€ por refeição social, no ano de 2015 garantiu-se um preço de 2,40€, por refeição, aprovado pelo Conselho de Gestão, sob proposta do Conselho de Acção Social, valor este que se mantém inalterado desde 2013.

No ano em apreço, a garantia do preço permitiu que o P.PORTO fosse a Instituição de Ensino Superior Público com o preço mais baixo de refeição social praticado, com vantagens inegáveis para os seus estudantes, particularmente os mais carenciados.

Designação e localização das Unidades Alimentares

No ano 2015 estiveram em funcionamento as seguintes Unidades Alimentares:

Escola	Designação da Unidades Alimentares	Localização
ISEP	Cantina e Bar do Instituto Superior de Engenharia do Porto	Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 431 4249-015 Porto
ISCAP	Cantina e Bar do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	Rua Jaime Lopes Amorim, s/n 4465-004 S. Mamede de Infesta
ESE	Cantina e Bar da Escola Superior de Educação	Rua Dr. Roberto Frias, 602 4200-465 Porto
ESMAE	Cantina e Bar da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo	Rua da Alegria, 503 4000-045 Porto
ESEIG	Cantina e Bar da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	Rua D. Sancho I, 981 4480-876 Vila do Conde
ESTGF	Cantina e Bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	Rua do Curral - Margaride 4610-156 Felgueiras
ESTSP	Snack-Bar da Escola Superior de Tecnologia da Saúde do Porto	Rua Valente Perfeito, 322 4400-330 Vila Nova de Gaia

Refeições servidas

Apesar de se ter mantido o preço da refeição social, devido à situação económica e financeira que se vive em Portugal, assiste-se a um decréscimo da procura por refeições servidas nas cantinas. Este decréscimo, verificado em todas as unidades exceto no ISEP, na ESMAE e na ESTGF, tem sido acompanhado pelo aumento significativo dos estudantes que trazem a sua refeição de casa e a aquecem e tomas na Escola.

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Varição 2015 face a 2014
ISEP	102835	93032	91541	67688	64543	120195	86%
ISCAP	25112	23307	26207	14027	10906	9720	-11%
ESE	33675	29978	38281	30444	34961	30856	-12%
ESMAE	14606	18420	19608	20507	15018	13441	-11%
ESEIG	28485	27547	23091	16641	17404	19049	9%
ESTGF	18007	18537	16789	16664	13541	13725	1%
ESTSP	0	30125	22241	21521	24097	22013	-9%
TOTAL	222720	240946	237758	187492	180470	228999	27%

Figura 20 – Evolução anual do número de refeições servidas nas Unidades Alimentares entre 2010 e 2015

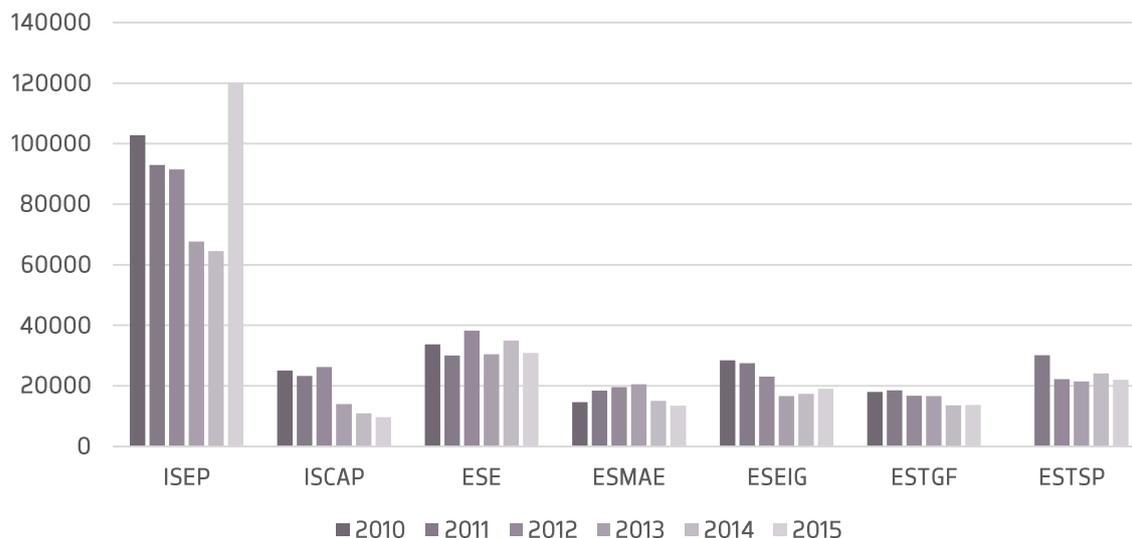


Figura 21 – Evolução das refeições servidas, por Unidade Alimentar, entre 2010 e 2015

Da análise efetuada ao número de refeições servidas nas unidades alimentares desde 2010 até 2015 possível verificar que há um aumento do número de refeições servidas nas Unidades Alimentares do ISEP, da ESEIG e da ESTGF, sendo de salientar o aumento significativa no ISEP para o qual muito contribuiu a renovação da sala de refeições a qual foi dotada de maior conforto e comodidade.

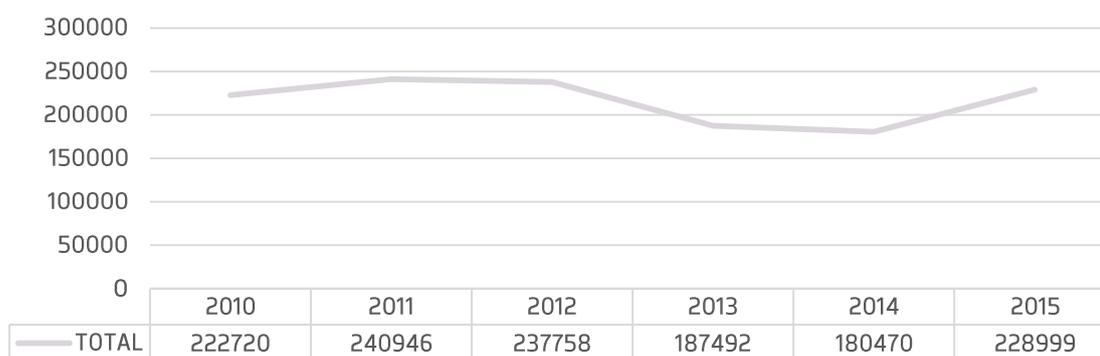


Figura 22 – Evolução do total de refeições servidas entre 2010 e 2015

Globalmente verifica-se um aumento de 27% do número de refeições servidas na totalidade das Unidades Alimentares, o qual parece indicar a inversão da redução que se registava desde 2011.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
ISEP	9450	7416	13303	11898	9920	10697	6649	0	8947	16523	15719	9673	120195
ISCAP	582	277	1035	935	818	566	229	0	1193	1665	1573	847	9720
ESE	2473	1862	3374	3230	2831	2376	2317	0	1651	4163	4002	2577	30856
ESMAE	1254	745	1256	1139	1137	1127	1529	0	733	1726	1614	1181	13441
ESEIG	1108	653	2030	1597	1401	1450	1180	0	1639	3452	2892	1647	19049
ESTGF	1015	753	1714	1383	947	463	97	0	664	2841	2809	1039	13725
ESTSP	2431	1703	2316	2186	2005	2190	907	103	1715	3201	1787	1469	22013
TOTAL	18313	13409	25028	22368	19059	18869	12908	103	16542	33571	30396	18433	228999

Figura 23 – Refeições servidas em 2015, por mês, por Unidade Alimentar

Garantia de qualidade e segurança alimentar

Os SAS do P.PORTO através de uma empresa especializada em qualidade e segurança alimentar desenvolveram diversas ações de controlo dos procedimentos desenvolvidos pelo concessionário das Unidades Alimentares de modo a avaliar a sua prestação.

Estas ações visaram, para além da avaliação do serviço prestado pelo concessionário, induzir a sua melhoria continua.

Através desta acessória externa, os SAS avaliaram permanentemente o concessionário através de um sistema constituído por vários indicadores, dos quais se destacam as Inspeções Higio-Sanitárias ao sistema de Produção e os Resultados das Globais Médios das Ações de Verificação das Unidades Alimentares.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Out	Nov	Dez	Total
ISEP	3,2	6,2	6,3	6	6,4	7,8	8	6	7	6,9	6,38
ISCAP	6,8	6,7	4,7	4,8	8,7	6,6	8,7	9,4	7,4	9,3	7,31
ESE	7	6,9	0	5	7	7	5,4	9,3	5,4	5,3	5,83
ESMAE	5,2	6,8	6,7	6,7	6,9	4,7	4,9	6,9	7	7	6,28
ESEIG	5,1	6,7	6,8	6,9	8,6	8,5	8,9	7,2	9,4	7,6	7,57
ESTGF	7,3	9,2	8,9	8,9	9,3	8,8	9,4	9,1	8,6	9,2	8,87

Figura 24 – Resultados das Inspeções Higio-Sanitárias à Produção, por mês, por Unidade Alimentar
(Bom >= 8,5 | Satisfaz => 6,5 < 8,5 | A melhorar => 3,5 < 6,5 | Não satisfaz < 3,5)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Out	Nov	Dez	Total
ISEP	3,2	6,2	6,3	6	6,4	7,8	8	6	7	6,9	6,38
ISCAP	6,8	6,7	4,7	4,8	8,7	6,6	8,7	9,4	7,4	9,3	7,31
ESE	7	6,9	0	5	7	7	5,4	9,3	5,4	5,3	5,83
ESMAE	5,2	6,8	6,7	6,7	6,9	4,7	4,9	6,9	7	7	6,28
ESEIG	5,1	6,7	6,8	6,9	8,6	8,5	8,9	7,2	9,4	7,6	7,57
ESTGF	7,3	9,2	8,9	8,9	9,3	8,8	9,4	9,1	8,6	9,2	8,87
ESTGF	3,2	4,5	3,8	1,3	7,6	6,8	8,6	6,5	9,2	4,2	5,57

Figura 25 – Resultados das Globais Médios das Ações de Verificação das Unidades Alimentares
(Bom >= 8,5 | Satisfaz => 6,5 < 8,5 | A melhorar => 3,5 < 6,5 | Não satisfaz < 3,5)

Como resultado destas ações é +possível concluir que toas as Unidades Alimentares apresentam resultado de “Bom” no que concerne às Inspeções Higio-Sanitárias à Produção.

Relativamente aos Resultados das Globais Médios das Ações de Verificação das Unidades Alimentares conclui-se que as Unidades Alimentares do ISEP, da ESE e da ESTGF carecem de melhoria, enquanto que as restantes à exceção da ESTGF se encontram satisfatórias, sendo esta última classificada com “Bom”.

Restaurante A-PROVA

O Restaurante A-Prova resultou de um protocolo estabelecido entre o Politécnico do Porto, os Serviços de Ação Social do P.PORTO, a Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão e o Instituto Técnico de Alimentação Humana, com vista ao estabelecimento de relações de cooperação nas respetivas áreas de missão. O espaço, localizado no Campus da Rua Dr. Roberto Frias n.º 712, no Porto, consiste num restaurante aplicação que permitirá que os estudantes da área da restauração estejam em contacto com a atividade real e a aprendizagem seja feita em ambiente de produção.

No âmbito do protocolo celebrado, compete aos SAS do P.PORTO desencadear os procedimentos necessários à contratação dos estagiários e assegurar que os seus estágios cumprem os requisitos normativos internos aplicáveis.



APOIOS SOCIAIS INDIRETOS

ALOJAMENTO

*partilha de cultura e
troca de
experiências
propiciando
vivências únicas
que marcam um
percurso*

No âmbito da sua Missão, os SAS do P.PORTO promovem o acolhimento aos estudantes que frequentam as Escolas do P.PORTO e os seus cursos superiores conferentes de grau ou curso tecnológico, que pelas suas condições socioeconómicas, pela distância ou dificuldade de transporte não possam residir com o agregado familiar durante o ano letivo e necessitem, por isso, de alojamento para prosseguir os seus estudos.

A oferta de alojamento dos SAS do P.PORTO é muito limitada, quando comparada com as demais instituições de ensino superior públicas, conforme se evidenciará à frente. Sem prejuízo dessa limitação, os SAS do P.PORTO têm procurado qualificar os espaços de alojamento existentes, quer ao nível da funcionalidade e eficiência energética quer ao nível dos equipamentos, sem prejuízo dos esforços efetuados no sentido de aumentar a oferta.

Atualmente os SAS do P.PORTO têm consciência de que a oferta de alojamento é muito limitada, fruto de opções do passado e de difícil correção no presente. Nesse quadro, estão em curso ações que visam a construção duas novas residências de estudantes e a reabilitação de uma outra na cidade do Porto, como se referirá a seguir.

Os SAS do P.PORTO alojam, ainda nas residências, quando existem vagas, estudantes integrados em programas internacionais ou de intercâmbio institucional, quando abrangidos por protocolos celebrados entre o P.PORTO e outras instituições ou participem em atividades promovidas pelo P.PORTO e suas Escolas, bem como visitantes.

Caracterização e Modelo de Gestão das Residências de Estudantes

Os Serviços de Acção Social do P.PORTO dispõem de 7 residências, as quais se destinam ao alojamento dos estudantes do P.PORTO, tendo prioridade os bolseiros abrangidos pelo sistema das bolsas de estudo que pela distância ou dificuldade de transporte não possam residir com o agregado familiar durante o ano letivo. As residências de estudantes estão sob a gestão direta dos SAS do P.PORTO, implicando um grande esforço dado a exiguidade de recursos que dispõem.

Em 2015 estiveram em pleno funcionamento seis residências de estudantes, com capacidade para acomodar 304 estudantes, o equivalente a 1,7% dos seus estudantes (total de estudantes do P.PORTO no ano letivo 2014-15 é de 18.134).

As residências em funcionamento apresentam as seguintes características:

Residência de Estudantes	Tipologia	N.º camas	Distribuição do n.º de quartos				
			Individual deficientes	Individual	Duplo	Triplo	> Triplo
Almeida valente	Mista	104	2		49		1
Azenha	Feminina	42			21		
Rio Bom	Mista	40			11	6	
Bainharia	Masculina	18			6	2	
José Régio	Mista	60	3	27	15		
S. Roque	Mista	40			11	6	
Total		304	5	27	113	14	1

Os SAS do P.PORTO dispõem ainda da Residência de Estudantes Coelho Neto que se encontra atualmente fechada, carecendo de uma intervenção de remodelação, de modo a dota-la de melhores condições de conforto e habitabilidade.

Com a reabertura desta residência os SAS do P.PORTO reforçarão o apoio de alojamento na cidade ao Porto, uma vez que se trata da zona com maior carência de oferta.

Localização das Residências de Estudantes

CIDADE	RESIDÊNCIA	LOCALIZAÇÃO
Porto	Almeida Valente	Rua Coronel Almeida Valente, 330 – 4200-030 – Porto
Porto	Azenha	Rua da Azenha, 245/247 – 4200-113 – Porto
Porto	Bainharia	Travessa da Bainharia, 16 – 4050-081 Porto
Porto	Coelho Neto	Rua Coelho Neto, 78 – 4000-176 Porto
Porto	RioBom	Av. Rodrigues de Freitas, 14 – 4300-455 Porto
Vila do Conde	José Régio	Praça José Régio – 4480 – 718 – Vila do Conde
Vila do Conde	São Roque	Rua do Lidador, 131 – 4480 – 791 – Vila do Conde

Modelo de atribuição de alojamento

A atribuição de alojamento é suportada por regulamento próprio, aprovado nos termos regulados no Decreto-Lei n.º 129/93, de 22/04. Esse diploma regulador interno fixa as condições de ingresso e de utilização dos equipamentos, as normas de disciplina interna e as formas de participação dos estudantes na gestão, conservação e limpeza das instalações.

A atribuição é feita mediante prévia candidatura, organizada em momentos principais:

- No decurso (próximo do termo) do ano letivo anterior para aquele que se requer alojamento, dirigido aos estudantes que naquele ano se encontram inscritos.
- No início do ano letivo para o qual o alojamento é requerido, dirigido especialmente àqueles estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior e P.PORTO.
- A terceira fase, sem termo, ocorre ao longo de todo o ano letivo e a atribuição do alojamento é feita em função das vagas que entretanto vão vagando.

A candidatura é apresentada em plataforma própria (GiRES), acessível via internet e posteriormente gerida, analisada e decidida, em programa informático específico para essa função.

A atribuição de alojamento depende da verificação das seguintes condições:

- a) Estudantes que, tendo sido bolseiros no ano letivo anterior, sejam candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo para o qual se candidatam a alojamento;
- b) Novos estudantes que sejam candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo da candidatura a alojamento;
- c) Estudantes não bolseiros no ano letivo anterior e candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo para o qual requerem alojamento;
- d) Demais estudantes, que não se enquadrem nos subgrupos anteriores.

Da atribuição de alojamento e da sua aceitação, decorre a assinatura de um contrato, onde o estudante, que passa à qualidade de residente, assume um conjunto de direitos e deveres.

Garantia do preço de alojamento social no âmbito do modelo de gestão: medidas de política social de preços de alojamento

O Conselho de Gestão do P.PORTO, sob prévio parecer favorável do Conselho de Acção Social, deliberou:

- a) Manter os preços de alojamento para estudantes, bolseiros e não bolseiros, de acordo com os valores fixados para no ano letivo anterior, considerando a situação social e económica do país, com reflexos ao nível do agravamento das condições socioeconómicas das famílias;
- b) Como medida de incentivo ao sucesso escolar e desincentivo ao seu abandono, autorizar que o estudante residente, que foi bolseiro no ano letivo anterior e ao qual não foi reconhecido o direito a bolsa de estudo no ano letivo 2014-2015, pague, por um ano e neste ano letivo, o preço de alojamento como equiparado a estudante bolseiro.

Ocupação das Residências de Estudantes

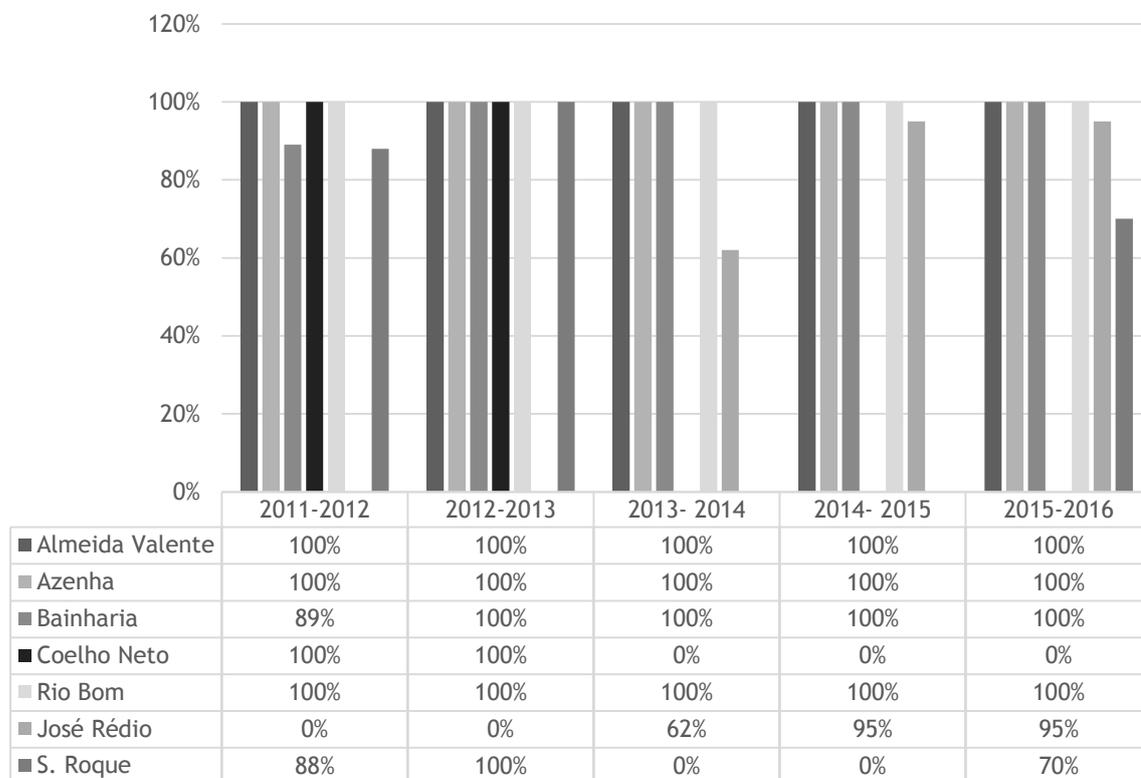


Figura 26 – Evolução da taxa de ocupação das Residências de Estudantes de 2011 a 2015 (data de referência 31.12.2015)

Residência	2011-2012		2012-2013		2013-2014		2014-2015		2015-2016	
	Bolseiro	Não Bolseiro								
Almeida Valente	61	50	79	25	83	21	99	18	106	5
Azenha	26	22	32	10	32	10	39	5	42	2
Bainharia	10	6	12	6	14	4	17	1	13	5
Coelho Neto	13	6	9	4	-	-	-	-	-	-
Rio Bom	28	12	30	6	31	9	34	6	38	4
José Ródio	-	-	-	-	30	7	51	13	46	12
S. Roque	24	12	33	7	-	-	-	-	9	23

Figura 27 – Distribuição do número de estudantes nas residências por condição, de 2011 a 2015

Residência	Bolseiros	Não Bolseiros
Almeida Valente	97%	3%
Azenha	95%	5%
Bainharia	72%	28%
Coelho Neto	-	-
Rio Bom	90%	10%
José Rêdio	81%	19%
S. Roque	32%	68%

Figura 28 – Distribuição da ocupação das Residências de Estudantes, por tipo de residente, em 2015

Origem dos Residentes	2013- 2014	2014- 2015	2015-2016
Portugal			
Açores	3	5	5
Aveiro	25	34	24
Braga	34	47	58
Coimbra	3	5	4
Évora	0	1	1
Faro	2	2	2
Lisboa	6	7	8
Madeira	12	11	13
Porto	128	132	129
Viana	20	26	32
Vila Real	4	6	5
Viseu	2	2	3
Angola	2	3	3
Síria	0	2	3
Índia	0	0	15

Figura 29- Origem geográfica dos residentes

Projetos de novas Residências: Residência de Estudantes Gil Vicente e Residência D. João IV

Com vista a aumentar a oferta de alojamento aos estudantes do P.PORTO, os SAS do P.PORTO concluíram a elaboração do projeto de uma nova residência – Residência de estudantes Gil Vicente – e têm em curso a elaboração do projeto da Residência D. João IV.

A necessidade de construção da nova residência de estudantes de Gil Vicente resulta da enorme carência da oferta de alojamento existente no P.PORTO, comparando com as demais instituições de ensino superior.

Residência de estudantes Gil Vicente

A residência de estudantes Gil Vicente localizar-se-á na Rua de Gil Vicente, freguesia de Bonfim, concelho de Porto.

O projeto foi concluído em 2015 e, em termos gerais, prevê uma capacidade de 138 camas, distribuídas em 1 quarto triplo, 44 quartos duplos, 44 quartos individuais e 3 quartos para pessoas com mobilidade reduzida, e espaços de uso comum como sejam cozinhas/ kitchenetts; sala de refeições, salas de convívio e salas de estudo.

O custo estimado de construção é de 2.496.276,97 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



Ilustração 1 – Planta geral da Residência de Estudantes Gil Vicente



Ilustração 2 – Alçado frontal do edifício da Rua

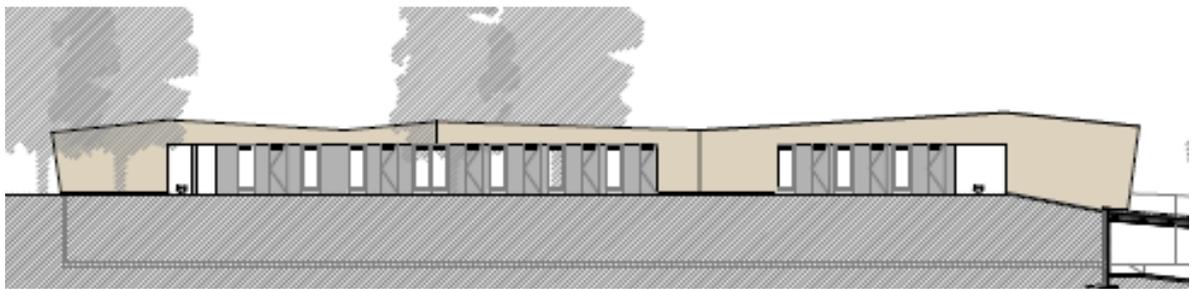


Ilustração 3 – Alçado frontal do edifício do Jardim

Residência D João IV

A residência D. João IV resultará da recuperação de 3 imóveis localizados na Rua D. João IV, freguesia de Bonfim, concelho de Porto., ao qual se juntou posteriormente um terreno na zona posterior destes imóveis – a Ilha.

Os espaços de alojamento serão do tipo apartamento T1 e a residência será apoiada por espaços de cozinha/ kitchenette; sala de convívio e sala de reuniões.

Os custos totais de construção foram estimados em € 1013750.

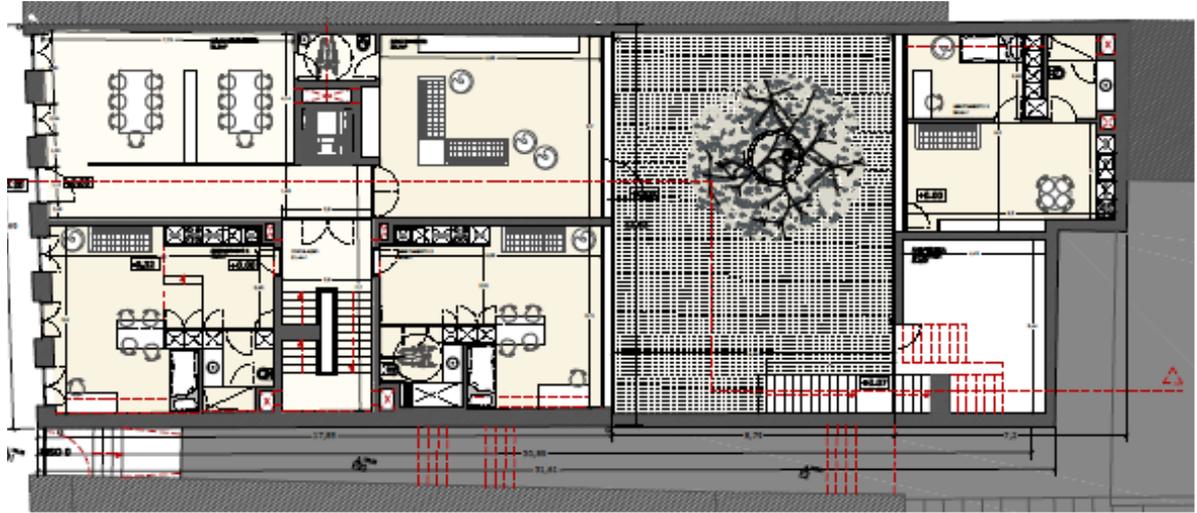


Ilustração 4 - Planta do Piso 0

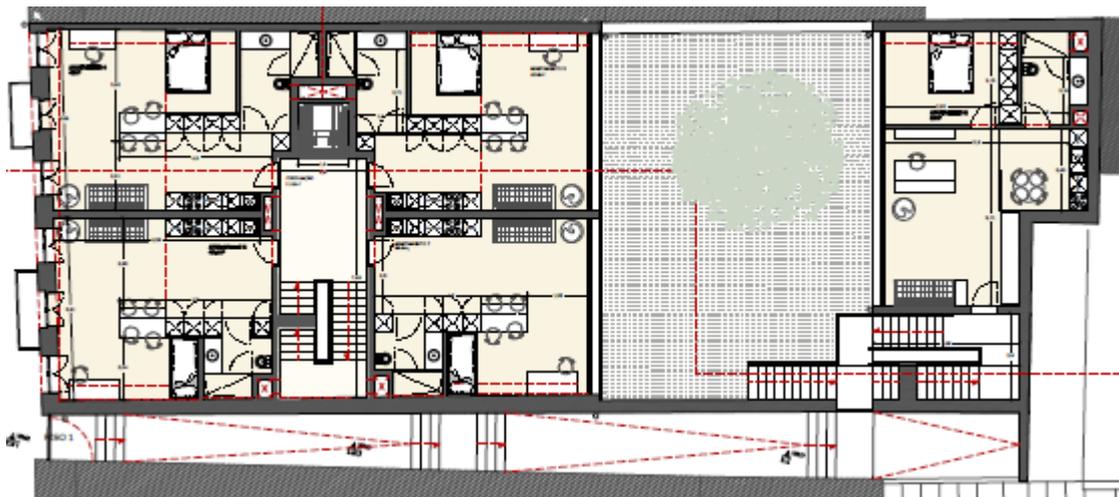


Ilustração 5 - Planta do Piso 1

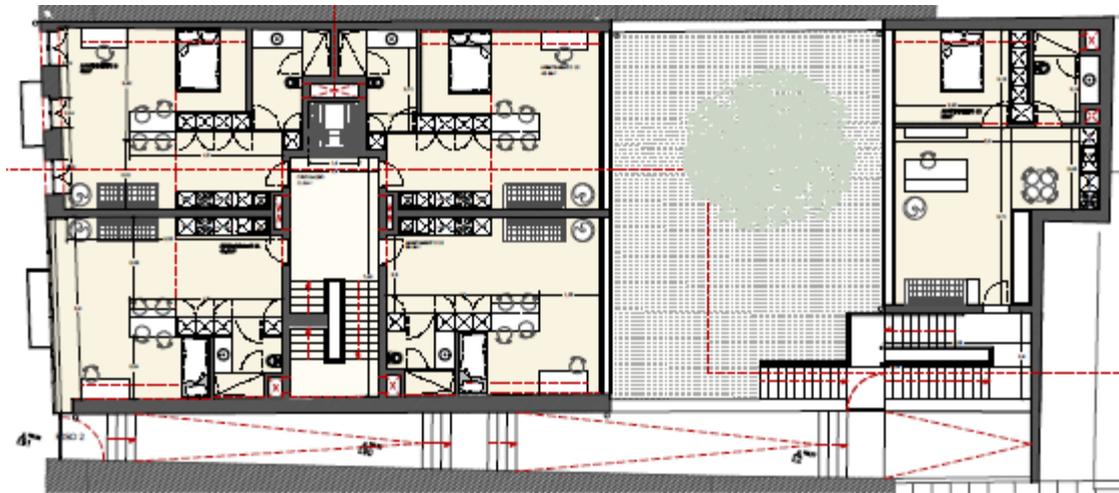


Ilustração 6 - Planta do Piso 2



Ilustração 7 - Vista esquemática do terreno da *Ilha*

AÇÃO

SOCIAL

5. M od ern iza ção



Em 2015 foram desenvolvidos e consolidados projetos-pilotos com a framework em Filemaker, esses projetos foram:

Controlo de Faturação

Programa destinado ao controlo de faturação dos SAS do P.PORTO com ligação direta à base de dados da contabilidade e à “cloud” de gestão documental, tendo de momento os seguintes objetivos:

- Acesso web browser;
- Uso amigável ao utilizador;
- Informatizar/controlar a faturação;
- Os registos servem para adjuvar na ação contabilística uma vez que após o lançamento a informação fornecida à contabilidade é filtrada por centro de custo;
- Verificar se o serviço ou bem foi devidamente faturado existindo mecanismos de controlo para quando isso não acontece;
- A interligação com a contabilidade de momento permite saber se a fatura já foi lançada, os compromissos feitos e a verba disponível para a respetiva rubrica;
- Interligação com a aplicação de inventário também em estudo e a ser desenvolvida;
- A aplicação permite em qualquer altura, consultas utilizando diversos filtros dentro da consulta retirar listagens;
- A ligação à cloud de gestão documental permite visualizar os documentos originais (digitalizados ou não conforme os casos), e recorrer ao workflos de trabalho;
- Prevê-se o desenvolvimento para uma maior integração com aplicação da Primavera (software em uso pela contabilidade)

Aplicação de Inventário

A criação desta aplicação serve como complemento à base de inventário do Primavera, extraindo desta toda a informação necessária, complementado com outras adicionais, como por exemplo:

- QrCode – identificativo do bem
- imagens do bem;
- fichas técnicas;
- histórico de localizações;

- recepção e entrega de bens com histórico;
- possibilidade de armazenamento de fichas técnicas, entre outros documentos;
- aumento de campos identificativos para uma correta identificação do bem; O objetivo desta aplicação é que possa ser utilizada por todos os colaboradores dos Serviços e não somente pela contabilidade, através do acesso web browser.

Controlo de Acessos

O atual software de controlo de acessos carece de melhoria, sendo necessário estar instalado num PC com determinados requisitos.

Assim, iniciou-se o desenvolvimento de um aplicação que permitirá beneficiar a solução original, com o fim de melhorar a monitorização e controlo de acesso às residências do P.PORTO, expandindo a utilização da mesma por mais de que um utilizador, assim como tornar a sua utilização mais intuitiva e possibilitar a expansão as capacidades.

HelpDesk

Em 2015 foi desenvolvido o HelpDesk dos SAS do P.PORTO, que surgiu de uma necessidade natural dos Serviços do NIC, a plataforma de helpdesk está assente no open source da Osticket que se encontra em utilização em várias empresas e instituições de ensino superior.

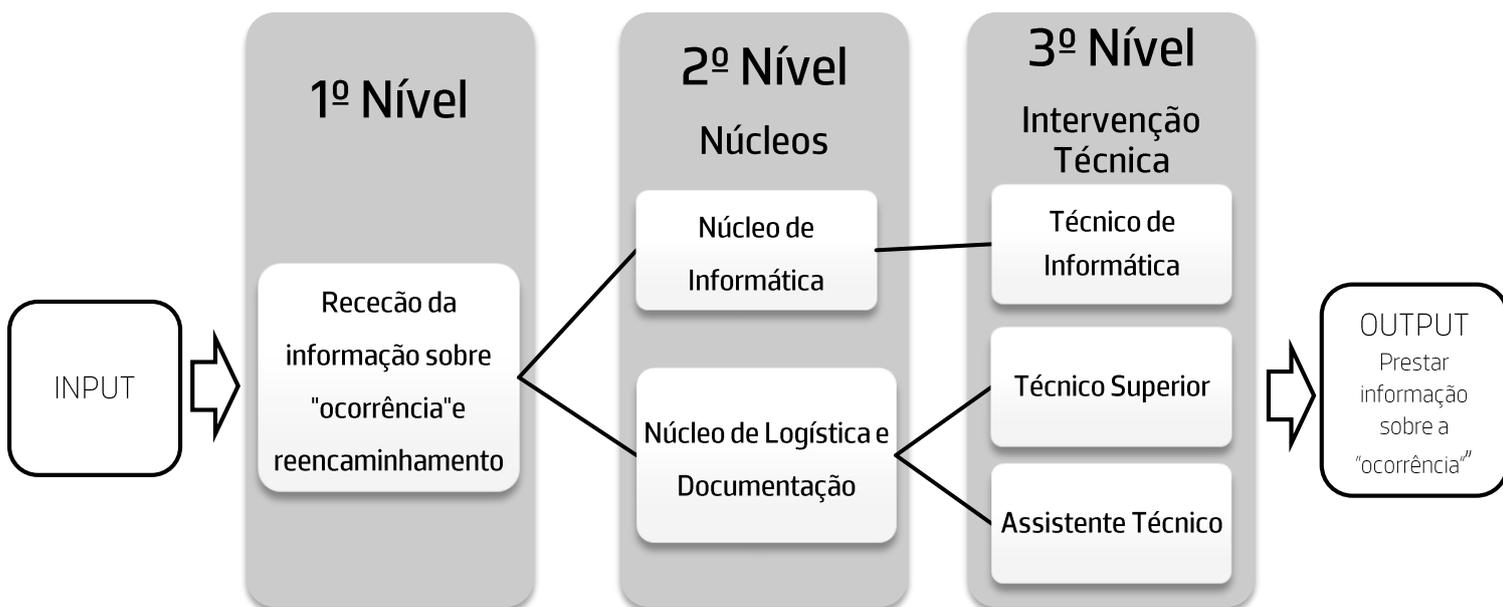
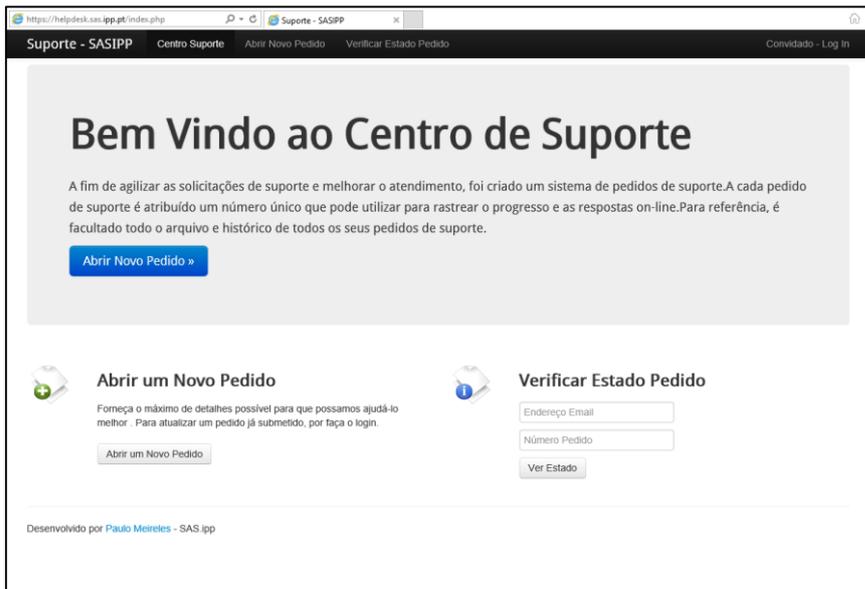
Nos SAS foram implementadas alterações específicas, relacionadas com o serviço, tais como:

- Ligação por Ldap ao servidor de Active Directory;
- Permissão para uso de utilizadores anónimos;
- Carregamento de anexos;
- Controlo de ID's dos email's, para identificação;
- Configurações específicas;
- Possibilidade de uso por outros departamentos dos Serviços;
- Integração de vários níveis de suporte;
- Interligação de pedidos entre Departamentos;
- Faq's;
- Alteração visual.

Toda a estrutura do sistema é suportada por software opensource.

- OS (sistema operativo) – Distro Linux Debian de 64 Bits, em core ou seja não dispõe de ambiente gráfico

- MySQL Server versão 5.6.23
- Servidor Web é composto por web server Apache2, PHP, Perl, Java e Python



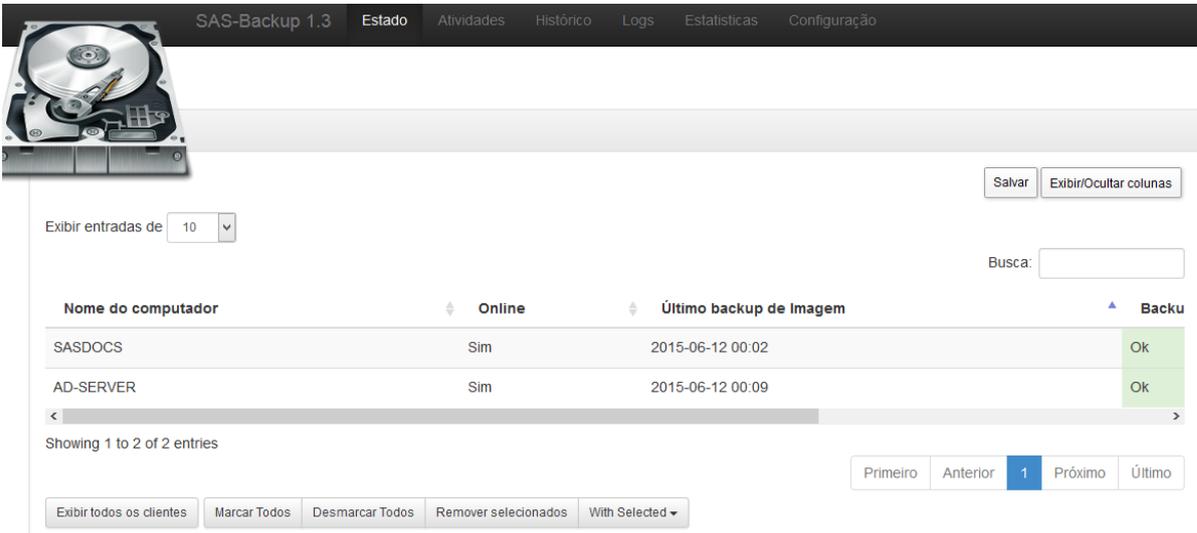
SASBackup

Os Serviços de Acção Social do P.PORTO detinham, em 2015, o software da Symantec Backup Exec, em uso no P.PORTO para a criação de backups dos seus servidores e dados. No primeiro trimestre de 2015 decorrente da necessidade de incrementar os níveis de segurança e autonomia na recuperação de backups foram avaliadas diversas soluções para implementação de plataforma open source para esse efeito.

A solução definida – plataforma Urbackup – permitiu com um custo reduzido assegurar os backups de servidores dos SAS, como discos virtuais (VHD) que podem ser lidos através de qualquer sistema operativo e passíveis de recuperação documento a documento.

Aplicação assegura os seguintes requisitos:

- Estado do backup
- Backup efetuado com sucesso
- Controlo de atividades
- Histórico
- Logs, para controlo de eventuais erros
- Dados estatísticos
- Configuração genérica ou máquina a máquina



The screenshot displays the SAS-Backup 1.3 web interface. At the top, there is a navigation bar with tabs for Estado, Atividades, Histórico, Logs, Estatísticas, and Configuração. Below the navigation bar, there is a header area with a hard drive icon and buttons for Salvar and Exibir/Ocultar colunas. The main content area shows a table of backup entries. The table has columns for Nome do computador, Online, Último backup de Imagem, and Backu. Two entries are visible: SASDOCS and AD-SERVER, both with Online status and backup dates of 2015-06-12. Below the table, there are navigation controls for showing 1 to 2 of 2 entries, and buttons for Primeiro, Anterior, 1, Próximo, and Último. At the bottom, there are buttons for Exibir todos os clientes, Marcar Todos, Desmarcar Todos, Remover seleccionados, and With Selected.

Nome do computador	Online	Último backup de Imagem	Backu
SASDOCS	Sim	2015-06-12 00:02	Ok
AD-SERVER	Sim	2015-06-12 00:09	Ok

6.

Out ras Acti vida des



Sendo o objetivo da ação social no ensino superior o de melhorar as possibilidades de sucesso escolar mediante a prestação de serviços e a concessão de apoios aos estudantes, os SAS. P.Porto promovem atividades e iniciativas para o ano letivo vocacionadas para os estudantes do P. Porto.

Os SAS tiveram, numa primeira fase, por objetivo implementar iniciativas na área do desporto, cultura, saúde e lazer junto dos estudantes deslocados que estão alojados em residências de estudantes do P. Porto.

O foco inicial foi o estudante deslocado porquanto se encontra privado, no dia-a-dia, do seu ambiente natural, ou seja, a ausência do contexto familiar e consequentemente do suporte afetivo nesta nova etapa de vida. Assim as iniciativas pretendem potenciar no estudante deslocado o bem-estar biológico, psicológico e social, fundamental para que o percurso académico seja repleto de êxitos.

Foram fixados como principais objetivos a promoção de ações de acolhimento e integração do estudante residente; a atuação em situações de crise e de risco através de acompanhamento psicossocial ou outro; o estímulo à boa convivência e fomento das relações interpessoais dos estudantes residentes; o incentivo à integração do estudante na sociedade envolvente, propiciando e estimulando o espírito solidário; e o desenvolvimento de atividades nas áreas da Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Lazer e de Integração Académica, Social e Profissional, entre outros.

Com vista à prossecução dos objetivos fixados, os Serviços de Acção Social desenvolveram várias atividades junto da comunidade de residentes P.PORTO, nomeadamente:

Guias de acolhimento e integração

Dirigido essencialmente aos novos residentes, este guia foca as necessidades especiais e concretas dos estudantes que, pela sua nova condição, têm que criar outras dinâmicas no quotidiano.

Neste desdobrável, entregue aos estudantes no ato do acolhimento, procurou-se divulgar informação que se julgou útil e essencial na sua mudança de vida, nomeadamente, sobre a rede de transportes públicos da área circundante à residência em que os estudantes estão alojados, os serviços disponíveis na residência, as unidades de saúde de referência, entre outras.

Acolhimento ao residente

Na persecução do sucesso académico, com o objetivo de suprir as dificuldades dos estudantes residentes no que respeita à integração na residência, escola e cidade, foi efetuado o acolhimento ao estudante residente.

Aquando da vinda do estudante para a celebração do contrato de alojamento, na sede de serviços foi criado um espaço próprio para o receber, onde esteve disponível a equipa técnica dos SAS para prestar esclarecimentos e auxiliá-lo no procedimento de contratualização do alojamento.

Foi facultada informação necessária sobre o funcionamento da residência, contrato de alojamento, direitos e deveres do residente, mobilidade na cidade, locais e telefones úteis, entregando-se um desdobrável informativo sobre estas questões.



Interação e convívio entre residentes

Conscientes da particular especificidade das necessidades de integração e inclusão dos estudantes residentes, porque obrigados a viverem em tempo de aulas deslocados dos seus ambientes familiares, com as consequências emocionais que esse afastamento representa, igualmente conscientes que a vida comunitária se pode constituir num fator positivo diferenciador se construída em bases de responsabilidade, consideração, respeito e amizade, em dezembro de 2015 realizou-se uma festa que se pautou pela promoção da interação entre residentes, e colaboradores dos SAS do P. PORTO, com o objetivo de melhorar a interação, convívio e facilitar a construção de uma experiência de vida comunitária diferenciadora.

A atividade, que se realizou numa das unidades alimentares dos SAS do P.PORTO, integrou um jantar *buffet* acompanhado por animação musical que fez viver o espírito natalício entre todos.



CALEIDOSCÓPIO.passaporte

O CALEIDOSCÓPIO.passaporte foi concretizado através do apoio de um conjunto de parceiros, amigos, que, desde a primeira hora, se disponibilizaram para fazer parte deste projeto, apoiando esta iniciativa da Ação Social do P.PORTO junto dos seus estudantes residentes.

Uma iniciativa única para uma vivência sempre especial.

No ano de 2015 ou 2016, os estudantes residentes nas Unidade de Alojamento dos SAS poderão desfrutar de um conjunto de visitas grátis a dois ícones da região - a Torre dos Clérigos e o Terminal de Cruzeiros, assim como de um outro conjunto de experiências únicas, a preços especiais, nas cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia - o circuito em autocarro panorâmico, o cruzeiro das pontes no rio Douro, a visita às Caves ou ao Museu do Carro Elétrico. São espaços únicos que nos ajudam a conhecer o passado, a ver o presente e a sonhar com o futuro.

Os SAS do P.PORTO iniciaram a distribuição do CALEIDOSCÓPIO.passaporte no Jantar de Natal.



ca·lei·dos·có·pi·o

(grego *kállos*, beleza + *eídos*, o que é visto, forma + *-scópio*)

in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa
2008-2013



Prática desportiva

Sendo competência dos Serviços de Acção Social do P. Porto o apoio a atividades culturais e desportivas, desencadearam-se ações de sensibilização e fomento da prática desportiva de futsal, junto dos estudantes alojados nas residências do P. Porto.

No decurso do ano letivo com o apoio do Desporto P. Porto promoveu-se a prática semanal de futsal entre residentes, e em abril de 2015 foi realizado um torneio de futsal inter residências. Todas as residências estiveram representadas na prática semanal e no torneio de futsal.



RESIDÊNCIAS
IPP
FUTSAL



SERVIÇOS DE
ACÇÃO SOCIAL
DO INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

POLITÉCNICO
DO PORTO **DES
POR
TO**

Incentivo à cidadania ativa – Voluntariado

Conscientes da importância de despertar nos estudantes o interesse pela participação ativa na sociedade, operacionalizou-se um projeto vocacionado para o Voluntariado destinado, numa primeira fase, aos estudantes deslocados dos seus agregados familiares alojados nas residências do P. Porto.

Neste âmbito os SAS deram continuidade à iniciativa da recolha de alimentos, em cooperação com o Banco Alimentar Contra a Fome, do Porto.

Em maio e Novembro de 2015 os residentes participaram em duas campanhas de recolha de alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome do Porto.



Outras formas de apoio ao estudante

Decorrente da iniciativa de Voluntariado foi estreitada a cooperação com o Banco Alimentar Contra a Fome.

O apoio atribuído a título de bolsa de estudos varia em função do grau de carência económica. A bolsa de estudos é uma prestação pecuniária anual para comparticipação nos encargos com a frequência de um curso, contudo, em alguns casos, constatou-se que, não obstante o apoio atribuído ao estudante, ainda assim, mantinha-se a necessidade de intervenção, face à grave carência económica do agregado familiar de pertença.

Percecionando essa realidade, os SAS do P.PORTO concluíram pela pertinência de pedido de colaboração do Banco Alimentar. Assim, para os casos em que ficou validada a grave carência económica, e se concluiu pela necessidade de atuação de outros agentes sociais, solicitou-se o apoio do Banco Alimentar que, por sua vez diligenciou o apoio alimentar a estes agregados.

Promoção e divulgação – Facebook

Através deste meio de comunicação foi transmitida informação relativa a bolsas de estudo, alojamento, alimentação e outras atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo.

Das várias atividades divulgadas, mencionamos duas a título exemplificativo:

- Com o objetivo de dar a conhecer as residências de estudantes e prestar informação relevante para que o estudante possa escolher a residência que melhor responda as suas necessidades específicas, distância da residência à instituição de ensino que frequenta, tipologias dos quartos, etc., através da página do Facebook, foram divulgadas, ao longo de uma semana, as características e serviços disponíveis em cada uma das residências.
- Com o propósito de contribuir para o bom desempenho académico, foi partilhada um conjunto de informação relevante sobre a preparação para a época de exames. Com o tema “*Época de avaliações, o que fazer?*” foram publicados três textos de informação técnica onde se abordaram os aspetos psicológicos, de organização, de gestão, de alimentação e de relaxamento relacionados com o período avaliativo.

Os cookies ajudam-nos a fornecer, proteger e melhorar os serviços do Facebook. Se continuares a usar o nosso site, concordas com a nossa [política de cookies](#).

The screenshot shows the Facebook interface for the page 'Serviços de Ação Social do IPP'. At the top, there is a navigation bar with the Facebook logo, a 'Regista-te' button, and login fields for 'E-mail ou telemóvel' and 'Palavra-passe', with an 'Iniciar sessão' button. Below the navigation bar, a large banner features the text 'Serviços de Ação Social do IPP está no Facebook.' and 'Para te ligares a Serviços de Ação Social do IPP, regista-te no Facebook ainda hoje.' with 'Regista-te' and 'Iniciar sessão' buttons. The banner also includes the organization's logo and the text 'Serviços de Ação Social do IPP @ServicosAcaoSocialIPP'. To the right, there is a 'Criar Página' button and a 'Recente' section with years 2015 and 2014. Below the banner, there are tabs for 'Cronologia', 'Sobre', 'Fotos', 'Gostos', and 'Vídeos'. A search bar is visible with the text 'Procurar por publicações nesta Página'. The main content area shows a post from 'Serviços de Ação Social do IPP' with the text '#OutrasNoticiasSASIPP' and 'Concurso: Cria uma marca Projeto SEMPRE PERTO!'.

Sessões de esclarecimento

Nas sessões de acolhimento promovidas pelo ISEP e pela ESTGF, dirigidas a todos os estudantes matriculados pela 1.^a vez, os SAS marcaram presença para prestarem esclarecimentos sobre a sua área de atuação, em especial sobre as bolsas de estudo.



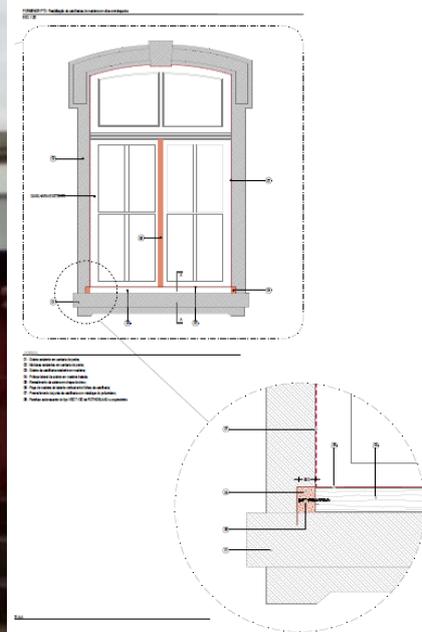
Reabilitação da envolvente exterior da Unidade Alimentar da ESMAE

A envolvente exterior do edifício do Café-Concerto da ESMAE, onde está situada a Unidade Alimentar da ESMAE, apresentava-se em elevado estado de degradação permitindo a entrada de água da chuva para o interior sempre que se ocorria pluviosidade.

A intervenção de reabilitação da envolvente exterior do edifício foi precedida da realização de um projeto, do qual constava a identificação/diagnóstico de patologias e consequente apresentação de soluções corretivas.

A intervenção de reabilitação realizada incidiu sobre os elementos construtivos a seguir descritos de modo a repor o seu normal funcionamento e garantir a estanquidade e salubridade do espaço:

- Fachadas incluindo todos os seus elementos construtivos constituintes designadamente: alvenarias, portas, janelas, varandas, tubos de queda, elementos em granito (guarnições de vãos, cornijas, etc.), elementos em ferro, etc.;
- Coberturas incluindo todos os seus elementos construtivos constituintes designadamente: revestimento em telha, beirados, claraboias, caleiras, etc..



7.

**As
Pesso
as**

Uma equipa motivada e envolvida com a organização é fator decisivo para o sucesso das organizações. É assim que se caracteriza a coesa e comprometida equipa dos SAS do P.PORTO.IPP. Uma equipa que superou metas, mesmo em condições adversas, e que se afirma com o princípio:

A ação social somos todos nós!

Comprometemo-nos, envolvemo-nos e trabalhamos continuamente por fazer mais e melhor!



Figura 30 – Recursos humanos a 31-12-2015

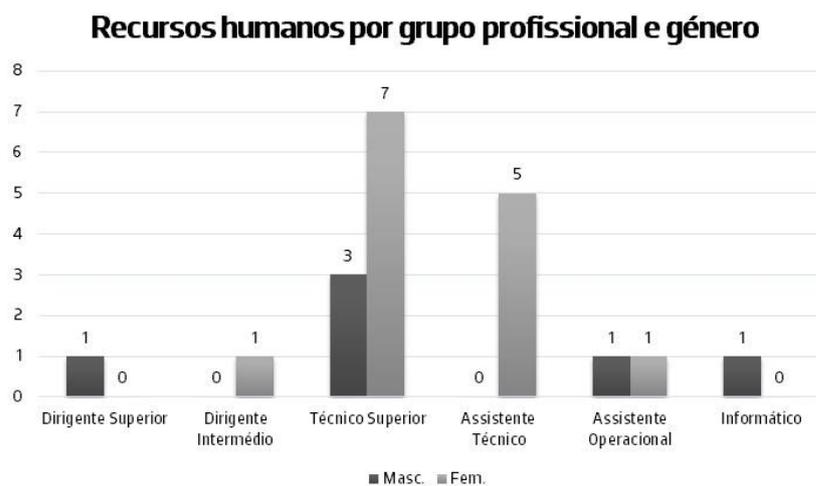


Figura 31 – Efetivos por grupo profissional e género a 31-12-2015

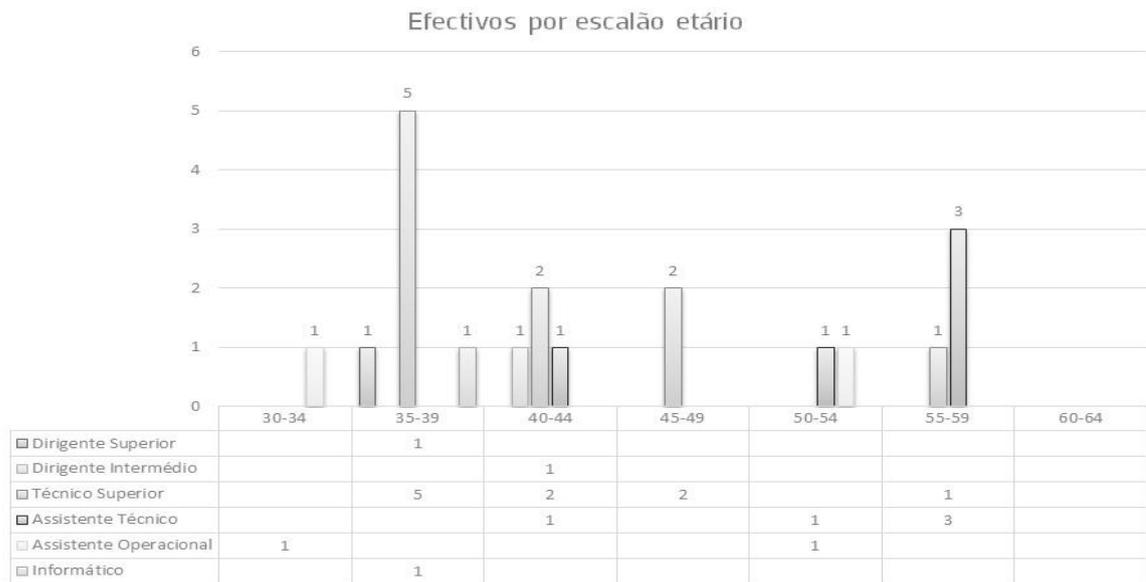


Figura 32 – Efectivos por escalão etário a 31-12-2015

Trabalhadores por habilitação literária

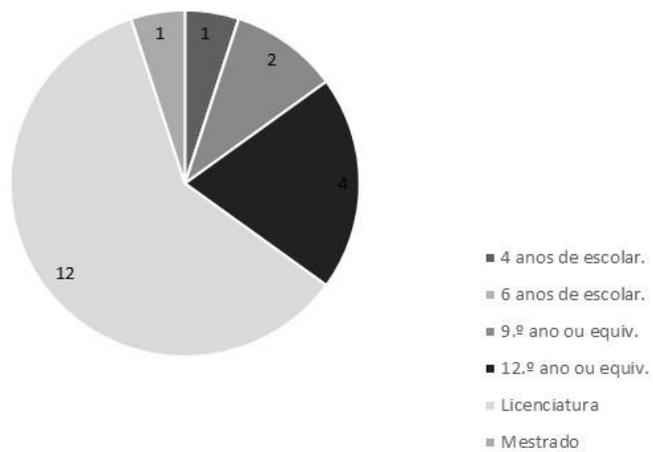


Figura 33 – Efectivos por habilitação literária a 31-12-2015

Modalidade de horário de trabalho

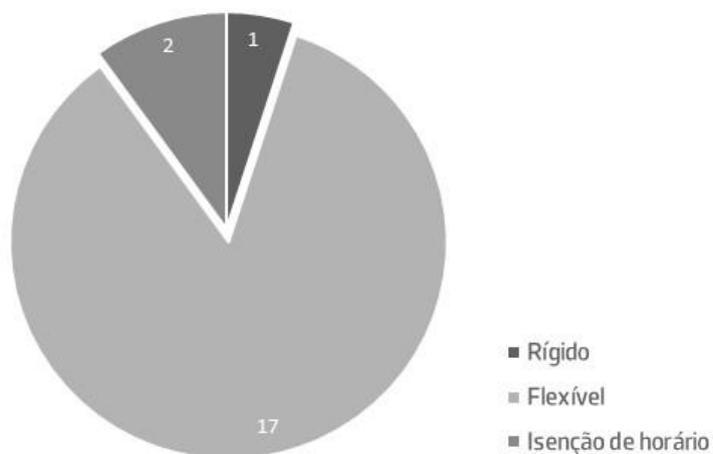


Figura 34 – Modalidade de horário de trabalho a 31-12-2015

Despesa com pessoal



Figura 35- Evolução da despesa com pessoal no período de 2010-2015

No que se refere à gestão de recursos humanos, o rigoroso controlo em matéria de contratação e de despesas com os recursos humanos conduziram a uma volatilidade das despesas de pessoal no período de 2010 a 2015.

Comparativamente com o ano de 2010, verifica-se uma redução 8,5 % das despesas com pessoal, cujo encargo inclui a reversão da redução remuneratória temporária prevista, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, conforme dispõe no art.º 4º da Lei n.º 75/2014, de 12 setembro.

Encargos com pessoal em 2015

Remunerações certas e permanentes	Valor (euros)
Remuneração Base	263 390,70 €
Representação	6 771,94 €
Subsídio de refeição	17 020,22 €
Subsídio de férias e natal	47 840,17 €
Total	335 023,03 €

Abonos variáveis ou eventuais	Valor (euros)
Trabalho extraordinário	103,49 €
Abono para falhas	- €
Ajudas de Custo	176,62 €
Outros suplementos remuneratórios	- €
Total	280,11 €

Segurança Social	Valor (euros)
Encargos com a saúde	884,26 €
Caixa Geral de Aposentações	46 865,67 €
Segurança Social	29 022,78 €

Doença	762,50 €
Parentalidade	532,58 €
Total	78 067,79 €

Outros	Valor (euros)
Formação	450,00 €
Total	450,00 €

8.

Recur sos Finan ceiros



8.1 Modelo Geral de Financiamento

As bases do financiamento da Ação Social no Ensino Superior encontram-se reguladas pela Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto. Sendo o Diploma que regula a presente matéria, importa evidenciar as principais dimensões com impacto nos SAS do P.PORTO.

Compromisso, Objetivos e Meios

- O Estado compromete-se a *garantir a existência de um sistema de ação social que permita o acesso ao ensino superior e a frequência das suas instituições a todos os estudantes.*
(n.º 1 do artigo 18.º)
- A *Ação Social garante que nenhum estudante será excluído do subsistema do ensino superior por incapacidade financeira.*
(n.º 2 do artigo 18.º)
- *“O Estado investirá na ação social escolar e nos apoios educativos, consolidando e expandindo as infraestruturas físicas, nomeadamente privilegiando a construção de residências e cantinas”, prevendo que o “financiamento dos serviços de ação social nas instituições de ensino superior é fixado por decreto-lei, através de uma fórmula calculada com base em critérios de equidade, eficiência e bom desempenho”*
(n.º 2 e 3 do artigo 19.º)

Ação Social Escolar

1. *No âmbito do sistema de acção social escolar, o Estado concede apoios diretos e indiretos geridos de forma flexível e descentralizada.*
2. *O apoio social directo efectua-se através da concessão de bolsas de estudos.*
3. *O apoio social indirecto pode ser prestado para:*
 - a. *Acesso à alimentação e ao alojamento;*
 - b. *Acesso a serviços de saúde;*
 - c. *Apoio a actividades culturais e desportivas;*
 - d. *Acessos a outros apoios educativos.*

No domínio específico do financiamento da Ação Social há que distinguir duas áreas de missão distintas: Apoios Sociais Diretos e Apoios Sociais Indiretos.

Os montantes e modalidades de apoio inerentes à área dos Apoios Sociais Diretos são fixadas por diploma específico, existindo uma atribuição direta ao estudante, mediante a avaliação dos SAS do P.PORTO.

Na área dos Apoios Sociais Indiretos, atendendo à multiplicidade de domínios legalmente tipificados, a especificação do modelo de financiamento não está totalmente regulamentado, sendo que de acordo com o artigo 24^o, o acesso aos serviços de alimentação e de alojamento seriam “subsidiados de acordo com a fórmula a definir por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e de Ciência e do Ensino Superior”.

Apesar do compromisso e princípios previstos na lei de bases de financiamento, na última década, não tem existido uma clarificação sobre a existência de um modelo de financiamento equilibrado e equitativo para a Ação Social, sobretudo quando é realizada uma análise comparativa no Ensino Superior Público.

8.2 Financiamento dos SAS do P.PORTO

Os SAS do P.PORTO, face à sua dimensão e comparativamente a outras entidades de natureza semelhante, têm uma situação de subfinanciamento, ao nível das receitas gerais estado, recorrendo a receitas próprias ou transferências diretas do P.PORTO para custear despesas gerais de funcionamento.

O orçamento dos SAS do P.PORTO é subdividido em três fontes de financiamento:

- a. As dotações do **Orçamento de Estado**, fonte de financiamento 311, atribuído através da dotação global determinada para o P.PORTO;
- b. As **Receitas Próprias**, fonte de financiamento 510, geradas pela atividade dos serviços prestados;
- c. **Transferências de Serviços e Fundos Autónomos**, fonte de financiamento 540, que na sua essência decorre da afetação de um valor de propinas do P.PORTO.

8.3 Análise Orçamental

A Receita

O planeamento e arrecadação da receita em 2015 centrou-se na adoção dos princípios da boa gestão e desenvolvimento dos procedimentos necessários à boa cobrança dos serviços, de natureza pública, concretizados.

Em 2015, por fonte de financiamento, verifica-se que a estrutura da receita dos SAS do P.PORTO foi constituída em 68% por Orçamento de Estado, sendo o remanescente proveniente de Receitas Próprias e das Transferências do Instituto Politécnico do Porto.

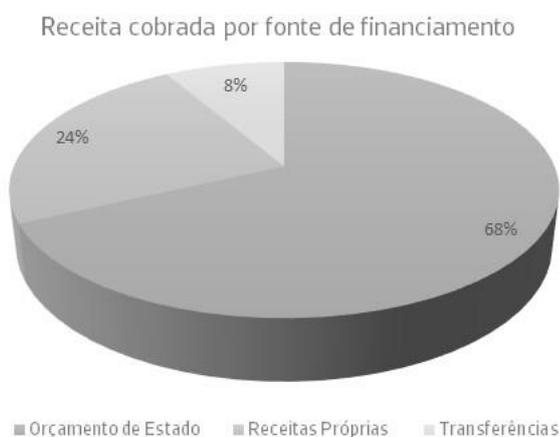


Figura 36 – Recebimentos cobrada por fonte de financiamento

A partir do gráfico abaixo é possível visualizar que a receita de Orçamento de Estado se tem mantido, desde 2013, estável, com ligeiras oscilações decorrentes as alterações legislativas ao nível das remunerações com os trabalhadores da Administração Pública.

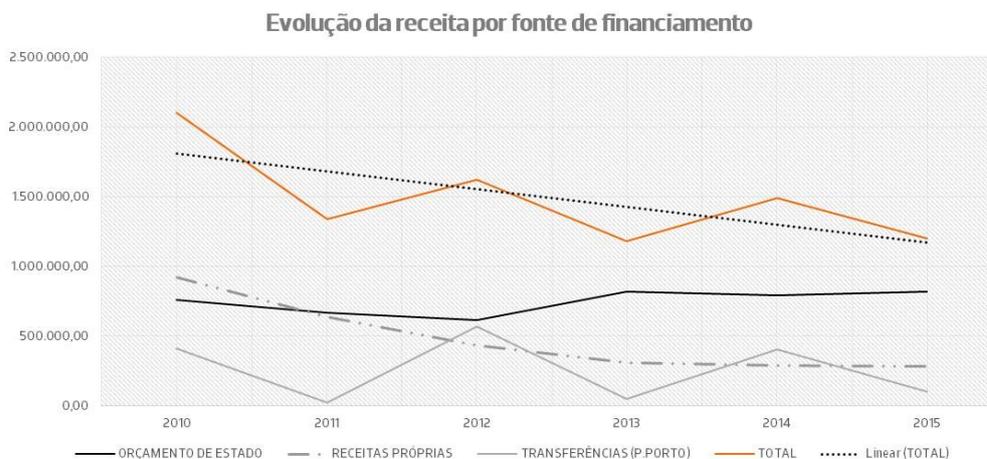


Figura 37 – Evolução da receita por fonte de financiamento

Fonte de Financiamento	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento de Estado	762.443,00 €	671.312,00 €	616.445,00 €	822.670,00 €	793.588,00 €	816.532,00 €
Receitas Próprias	924.613,67 €	637.405,96 €	432.792,37 €	307.996,92 €	292.645,17 €	283.612,59 €
Transferências	414.206,08 €	27.818,03 €	570.000,00 €	50.584,12 €	404.975,48 €	101.550,00 €
TOTAL	2.101.262,75 €	1.336.535,99 €	1.619.237,37 €	1.181.251,04 €	1.491.208,65 €	1.201.694,59 €

Figura 38 – Evolução dos recebimentos por fonte de financiamento

Numa análise comparativa face ao ano de 2014, há que referenciar que, atendendo ao reforço pontual do Orçamento dos SAS realizado pelo P.PORTO para a realização de umas ações de melhoria, cerca de 300 mil Euros, o peso do Orçamento de Estado cresceu para 68% (não entrando em linha com o reforço teríamos um aumento de 57% para 68%), enquanto que ao nível das Receitas Próprias diminuiu de 27% para 8% (não entrando em linha com o reforço teríamos uma diminuição de 9% para 8%).

Recebimentos	2015		2014		Varição
	Valor	%	Valor	%	Absoluta
(1) Orçamento de Estado	816 532,00 €	68%	793 588,00 €	53%	22 944,00 €
(2) Receitas Próprias	283 612,59 €	24%	292 645,17 €	20%	-9 032,58 €
(3) Transferências do P.PORTO	101 550,00 €	8%	404 975,48 €	27%	-303 425,48 €
(4) Sub-total (1+2+3)	1 201 694,59 €	100%	1 491 208,65 €	100%	-289 514,06 €
(5) Saldos para a gerência seguinte	3 080 457,32 €	---	2 989 351,09 €	---	91 106,23 €
(6) Total receita (4+5)	4 282 151,91 €		4 480 559,74 €		-198 407,83 €

Figura 39 – Recebimentos por fonte de financiamento 2014-2015

Considerando as previsões orçamentais corrigidas, os SAS do P.PORTO tiveram um grau de execução, face ao planeamento feito, de 97,79% (4.191.045,68 € em 4.285.546,00 €).

Na desagregação da receita por classificação económica, assume particular importância as transferências provenientes do Orçamento de Estado (correntes e capital) e do Instituto Politécnico do Porto

Uma outra rubrica que merece particular destaque é a receita referente aos serviços de alojamento, com origem na comparticipação dos estudantes a residir nas residências de estudantes sob a gestão dos SAS do P.PORTO. De referir que a mensalidade é fixada em função da situação económica do estudante e que varia entre os 73 e 93 euros por mês.

No segundo trimestre de 2015, os SAS do P.PORTO integraram os saldos da gerência de 2014, num valor global de 2.989.352,00 euros, subdividido do seguinte modo:

- Saldos de receitas gerais não afetos a projetos cofinanciados – fonte de financiamento 313 – 187.219,84 euros;
- Saldos de receita própria transitados – fonte de financiamento 520 – 2.802.131,25 euros.

	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Grau de execução orçamental da receita
Orçamento de Estado			
Transferências correntes	861.540,00 €	811.532,00 €	94,20
Transferências de capital	5.000,00 €	5.000,00 €	100,00
Orçamento de Estado – Saldos Transitados			
Saldo da gerência anterior	187.220,00 €	187.219,84 €	100,00
Receitas Próprias			
Taxas, multas e outras penalidades	3.450,00 €	2.537,55 €	73,55
Rendimentos da propriedade	18.000,00 €	5.712,83 €	31,74
Venda de bens e serviços correntes	299.538,00 €	268.505,51 €	89,64
Outras receitas correntes	1.000,00 €	741,33 €	74,13
Reposições não abatidas nos pagamentos	6.116,00 €	6.115,37 €	99,99
Receitas Próprias – Saldos Transitados			
Saldo da gerência anterior	2.802.132,00 €	2.802.131,25 €	100,00
Transferências			
Transferências correntes	101.550,00 €	101.550,00 €	100,00
Total	4.285.546,00 €	4.191.045,68 €	97,79

Figura 40 – Recebimentos na gerência por fonte de financiamento e classificação económica

Ao nível da Receita Própria gerada pelos SAS do P.PORTO importa evidenciar, como referido, o relevo da receita de Alojamento, correspondendo a 87,5%, seguida pelas Outras Receitas e Juros, 6.7% e 5.7% respetivamente.

Com a alteração do paradigma ao nível da Alimentação, o concessionário é responsável pela cobrança da receita decorrente desta atividade, sendo a mesma receita direta do mesmo, o montante arreado nesta dimensão não têm qualquer expressão desde o ano de 2014.

Tipo de Receita	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Receita de Alimentação	630.900,30 €	368.915,46 €	158.405,74 €	47.577,00 €	85,92 €	89,43 €
Receita de Alojamento	192.571,00 €	214.029,50 €	236.277,04 €	234.931,46 €	239.294,14 €	248.244,30 €
Juros	14.280,85 €	31.986,03 €	31.171,58 €	21.613,11 €	16.173,19 €	16.173,19 €
Outras	86.861,52 €	22.474,97 €	23.267,44 €	3.875,35 €	37.091,92 €	19.105,67 €
TOTAL	924.613,67 €	637.405,96 €	449.121,80 €	307.996,92 €	292.645,17 €	283.612,59 €

Figura 41 – Evolução da Receita Própria dos SAS

Uma análise mais detalhada à origem da receita própria permite aferir a redução de receita das unidades de restauração com impacto nas contas dos SAS do P.PORTO a partir de 2013.

A Despesa

A assunção de compromissos e a realização de despesas pelos SAS do P.PORTO foram executadas de acordo com o princípio da economia, eficiência e eficácia. A economia, a eficiência e a eficácia consistiram na utilização do mínimo de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade, na promoção do acréscimo de produtividade e na utilização dos recursos mais adequados para atingir os resultados dos objetivos propostos.

Em 2015, por fonte de financiamento, a despesa paga acompanha o princípio subjacente à estrutura da receita verificando-se que as atividades dos SAS do P.PORTO foram financiadas em 72% por Orçamento de Estado, sendo o remanescente proveniente de Receitas Próprias (22%) e das Transferências do Instituto Politécnico do Porto (6%).



Figura 42 – Despesa paga por fonte de financiamento

A despesa paga, quando comparada com a despesa dos anos anteriores, verificara-se que assume valores semelhantes ao do ano de 2013, com uma redução de 23% face ao ano de 2014 (-332.337 €).

Em 2015 existiu um acréscimo nas despesas com o Pessoal, única dimensão da despesa que cresceu face a 2014, decorrente, na sua essência, da alteração da política de remunerações na Administração Pública e de um reforço de um Técnico Superior para a área da Manutenção.

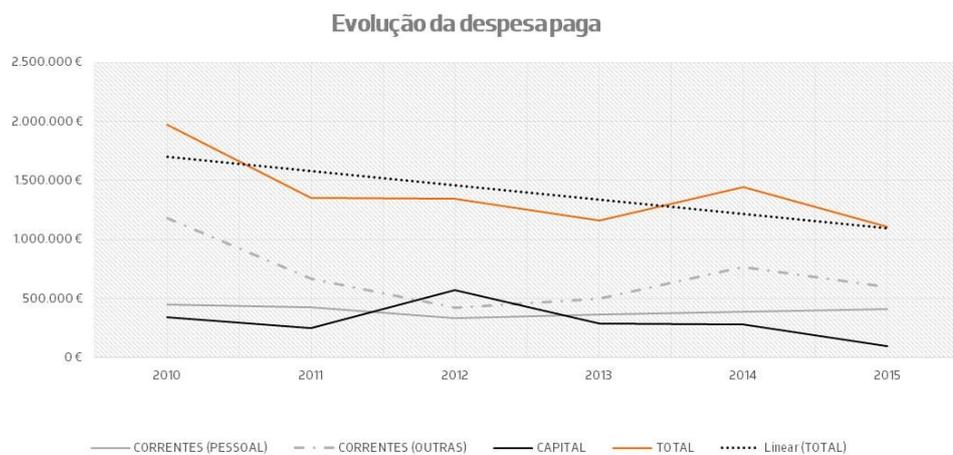


Figura 43 – Evolução da despesa paga

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CORRENTES (PESSOAL)	451.634 €	428.543 €	337.497 €	367.580 €	391.601 €	413.371 €
CORRENTES (OUTRAS)	1.179.747 €	672.298 €	427.741 €	499.057 €	771.813 €	600.541 €
CAPITAL	344.838 €	255.286 €	577.158 €	291.994 €	279.512 €	96.676 €
TOTAL	1.976.218 €	1.356.127 €	1.342.396 €	1.158.631 €	1.442.926 €	1.110.588 €

Figura 44 – Evolução da tipologia da despesa paga

Numa análise com o ano de 2014 podemos observar uma manutenção do valor das despesas pagas através do Orçamento de Estado, bem como através das receitas Próprias, tendo existido uma redução significativa das despesas pagas através das Transferências do P.PORTO (- 335.986,36 €). Contudo, há que considerar que no ano de 2014 existiu um reforço especial do orçamento dos SAS, realizado pelo P.PORTO, no montante de cerca de 300 mil Euros. Para efeitos comparativos, se o valor do reforço não fosse considerado, o diferencial entre 2015 e 2014 situar-se-ia em cerca de 35 mil Euros.

Pagamentos	2015		2014		Variação
	Valor	%	Valor	%	Absoluta
(1) Orçamento de Estado	793.559,53 €	71%	792.481,33 €	55%	1.078,20 €
(2) Receitas Próprias	248.039,71 €	22%	250.777,95 €	17%	- 2.738,24 €
(3) Transferências do P.PORTO	68.989,12 €	6%	404.975,48 €	28%	- 335.986,36 €
(4) Total de pagamentos (1+2+3)	1.110.588,36 €	100%	1.448.234,76 €	100%	- 337.646,40 €

Figura 45 – Comparação de Despesa paga 2015-2014

O total da despesa paga, em 2015, foi de 1.110.588,36 euros,

Os SAS, por não disporem do número necessário de trabalhadores para assegurar todas as valências da ação social escolar, têm que recorrer à contratação pública de serviços externos, quer para apoiar na gestão da concessão das Unidades de Alimentação, quer para apoiar na Residência de Estudantes.

Na prossecução da sua atividade na área da alimentação, os SAS, através de um contrato de concessão, asseguram o fornecimento de refeições nas cantinas e nas cafetarias instaladas nas diferentes Escolas que compõem o P.PORTO. Aos SAS compete, nesta área de atividade, as atividades de gestão, de definição do conceito e modelo, de auditoria e controlo da segurança alimentar, as ações tendentes a melhorar o serviço prestado pelo concessionário e as ações de conservação e melhoria das condições físicas.

Na gestão das Residências de Estudantes, os SAS asseguram a manutenção dos imóveis, equipamentos e redes, a realização de obras de beneficiação, a gestão das candidaturas e colocações dos estudantes, a promoção da segurança, do conforto e do bem-estar dos residentes, a adoção de medidas de racionalização e eficiência energética, o cumprimento dos regulamentos aprovados, a realização de pequenas formações e *workshops* temáticos, bem como a organização de convívios anuais de acolhimento e despedida dos residentes.

São, no essencial, estes os motivos que justificam os 50% da despesa com a aquisição de bens e serviços (esta última representa 45% do total da despesa executada)

Descrição	Orçamento corrigido	Despesa paga	Grau de execução
Despesas com pessoal	415 764,00 €	413 370,93 €	99%
Aquisição de bens e serviços	673 745,00 €	557 613,29 €	83%
Juros e outros encargos	20,00 €	10,26 €	51%
Transferências correntes	8 980,00 €	7 704,67 €	86%
Outras despesas correntes	37 985,00 €	35 212,81 €	93%
Aquisição de bens de capital	159 700,00 €	96 676,40 €	61%
Total	1 296 194,00 €	1 110 588,36 €	86%

Figura 46 - Despesas por classificação económica

Os investimentos realizados em 2015 representam 8,7% do total da despesa cujos fundamentos, objetivos e necessidades foram detalhados no capítulo das principais atividades desenvolvidas em 2015.

Os encargos com pessoal, representam apenas 37,22% do total de encargos. Uma realidade que resulta do facto dos SAS do P.PORTO serem os Serviços que, neste domínio de atuação, têm o menor rácio trabalhador/estudante, para cumprir a sua missão.



Figura 47 - Despesas por classificação económica

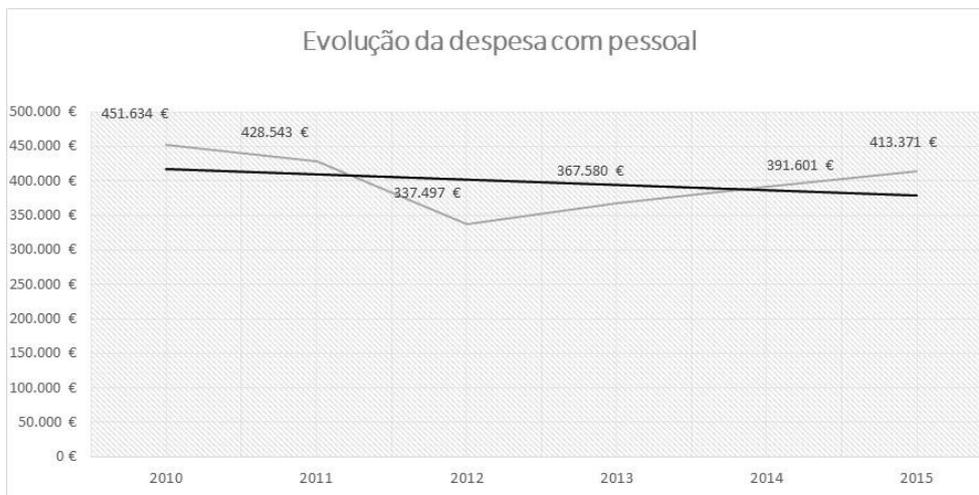


Figura48 – Evolução da Despesa com Pessoal

Receita e Despesa

Ao longo da execução do ano de 2015 existiu um equilíbrio entre a receita (recebimentos) e Despesa (pagamentos), decorrente de uma execução equilibrada.

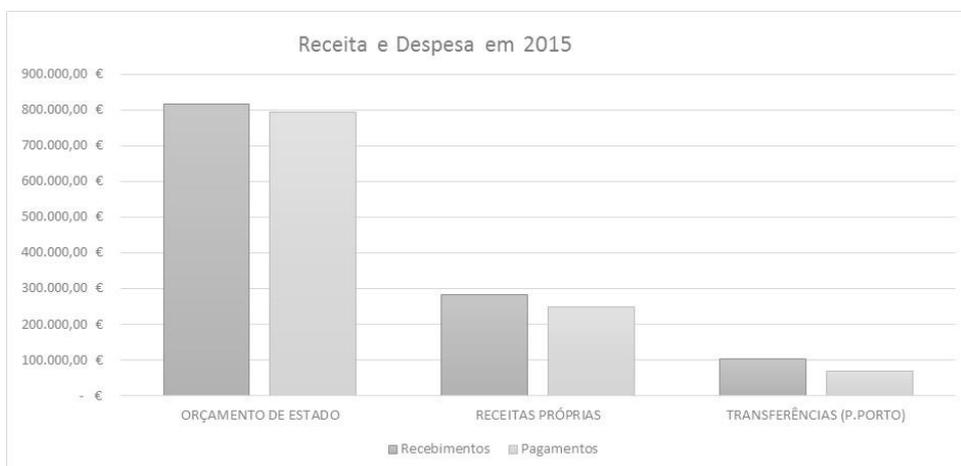


Figura49 – Evolução da Despesa com Pessoal

Saldo de Gerência

O orçamento dos SAS do P.PORTO é anual e enquadrado num quadro plurianual de atividades e investimentos previamente estabelecido.

Em estrito cumprimento com a regra do equilíbrio orçamental, o orçamento para 2015 dos SAS foi elaborado, aprovado e executado de modo a assegurar um saldo global positivo. Para efeitos do cômputo do saldo não foram consideradas as receitas provenientes do saldo da gerência anterior.

Nos termos previstos no art.º 4º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado para 2015, o modelo de **gestão de tesouraria** estabelecido pelos SAS do P.PORTO permitiu:

- a) Assegurar disponibilidades financeiras suficientes para liquidar todas as obrigações assumidas;
- b) Maximizar o retorno da tesouraria disponível;
- c) Gerir eficientemente os recursos financeiros;

No ano de 2015 existiu uma aumento do saldo de gerência, em 91.106,23 €, decorrente da não execução na totalidade da empreitada na Unidade Alimentar da ESMAE e ainda outras empreitadas de melhoria, sobretudo ao nível externo, nas Residências de Estudantes que não foram passíveis de serem executadas, atendendo à condições climatéricas no final do ano de 2015.

	Recebimentos	Pagamentos	Saldo
Orçamento de Estado	816 532,00 €	793 559,53 €	22 972,47 €
Receitas Próprias	283 612,59 €	248 039,71 €	35 572,88 €
Transferências do P.PORTO	101 550,00 €	68 989,12 €	32 560,88 €
(4) Sub-total (1+2+3)	1 201 694,59 €	1 110 588,36 €	91 106,23 €
(5) Saldo de gerência inicial	---	---	2 989 351,09 €
(6) Saldo de gerência final (sem operações tesouraria)	---	---	3 080 457,32 €

Figura 50 – Comparação dos Recebimentos e Pagamentos na gerência

Indicadores

Taxa de cobertura das despesas pelas receitas
total despesas / total receitas

92%

Taxa de receitas próprias sobre o total de receita
total de receitas próprias + transferências / total de receitas

32%

Taxa de financiamento do OE sobre o total de receitas (total de receitas do OE / total de receitas)

68%

Peso da despesa com pessoal no total da despesa
total despesas com pessoal / total de despesas

37%

Peso da despesa de investimento no total da despesa
total despesas de investimento / total de despesas

9%

Peso das despesas correntes (sem pessoal) no total da despesa
total despesas correntes / total de despesas

54%

Prazo médio de pagamentos

6 dias

Prazo médio de recebimentos

44 dias

8.4 Análise Patrimonial

Da análise ao Balanço dos SAS do P.PORTO importa realçar um ativo líquido de 10.230 mil euros, apresentando um rácio de autofinanciamento de 73% (fundos próprios).

O total do passivo ascende a 2.809 mil euros, dos quais 2.758 mil euros correspondem a acréscimos e diferimentos.

Ativo Líquido

Em 2015, o ativo líquido, no valor total de 10.230 mil euros, espelha, relativamente a 2014, um acréscimo de 828mil euros, o que representa um aumento de 8,81% do total do ativo, justificado, essencialmente, pela perspectiva de aumento do valor das transferências de outros organismos (evidenciado nas dívidas de terceiros). O ativo fixo corpóreo, que corresponde aos imobilizados tangíveis, móveis ou imóveis, que os SAS do P.PORTO utilizam no âmbito da sua atividade operacional representam 56% do ativo líquido total. As imobilizações corpóreas com maior expressividade no balanço são os terrenos, edifícios e o equipamento básico.

As disponibilidades representam 30% do ativo líquido e correspondem a depósitos na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E e a depósitos em instituições financeiras.

Ativo líquido	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Imobilizações corpóreas	5.717.901,81 €	55,60%	5.838.780,03 €	62,10%	120.878,22 €	-2,07%
Dívidas de terceiros	1.387.937,86 €	13,50%	159.958,11 €	1,70%	1.227.979,75 €	767,69%
Títulos negociáveis	- €	0,00%	2.255.000,00 €	23,98%	2.255.000,00 €	100,00%
Depósitos em instituições financeiras e caixa	3.118.531,32 €	30,32%	1.082.046,14 €	11,51%	2.036.485,18 €	188,21%
Acréscimos e diferimentos	6.017,25 €	0,59%	66.157,71 €	0,70%	5.754,56 €	-8,70%
Total	10.230.388,24 €	100,00%	9.401.941,99 €	100,00%	882.832,15 €	9,39%

Figura 51 – Caracterização do Ativo Líquido



Figura52 – Caraterização do Ativo Líquido

Fundos Próprios e Passivo

Comparativamente a 2014, nos fundos próprios verifica-se uma redução de 1,24% justificada pelos resultados líquidos negativos do exercício e por uma correção extraordinária aos resultados transitados decorrente da alteração do critério de contabilização da transferência para pagamento do subsídio de férias.

O total do passivo dos SAS do P.PORTO cresceu 27,46% face a 2014, justificado pelo aumento dos proveitos diferidos relacionado com as transferências do Instituto Politécnico do Porto.

Fundos próprios e passivo	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Fundos próprios	7.420.933,13 €	72,68%	7.513.755,10 €	79,92%	- 38.436,07 €	-0,51%
Património	5.070.122,13 €	49,30%	5.070.122,13 €	53,93%	- €	0,00%
Reservas decorrentes da transferência de activos	21.422,39 €	0,21%	21.422,39 €	0,23%		0,00%
Resultados transitados	2.364.907,60 €	23,18%	2.422.210,58 €	25,76%	38.436,07 €	-1,59%
Passivo	2.809.455,11 €	27,32%	1.888.186,89 €	20,08%	921.268,22 €	48,79%
Provisões	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	#DIV/0!
Dívidas a terceiros - curto prazo	51.298,18 €	0,50%	347.695,05 €	3,38%	296.396,87 €	85,25%
Acréscimos e diferimentos	2.758.156,93 €	26,82%	1.540.491,84 €	14,98%	1.217.665,09 €	79,04%
Total	10.230.388,24 €	100,00%	9.401.941,99 €	100,00%	882.832,15 €	9,39%

Figura53 – Caraterização dos Fundos Próprios e Passivo

De realçar que o valor dos proveitos diferidos, num total de 2.692 mil Euros, incluem uma transferência do Instituto Politécnico do Porto, no valor de 1.355 mil euros, para efeitos de um plano de Valorização Social e o

remanescente é explicado pelos subsídios ao investimento, provenientes de transferências de capital, financiados pelo orçamento geral do estado ou comunitário, acumulados, cujos movimentos em 2015 espelham o reconhecimento dos proveitos na exata proporção com que os bens de investimento foram amortizados.

As dívidas a terceiros espelhadas no passivo correspondem aos pagamentos ao estado referente ao imposto sobre o valor acrescentado (IVA), referente ao quarto trimestre de 2015, com prazo de submissão e entrega em 2016. Os outros credores espelham os depósitos de cauções entregues pelos estudantes no momento da celebração dos contratos de alojamento.



Figura 54 - Caracterização Relativa dos Fundos Próprios e Passivo

8.5 Análise Económica

Estrutura dos Proveitos e Ganhos

Pela análise da tabela abaixo, no ano de 2015 assistiu-se a um decréscimo do total dos Proveitos, de 15% aproximadamente, justificados com uma redução de 17% dos proveitos relacionados com as transferências entre organismos (FF 540), ou seja, com a transferência proveniente do Instituto Politécnico do Porto.

A realçar o aumento de 8% dos proveitos de alojamento, cuja taxa média de ocupação em todas as residências (em funcionamento) foi 100%.

Proveitos e ganhos	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Vendas e prestações de serviços	243.930,05 €	20,28%	224.910,22 €	15,82%	19.019,83 €	8,46%
Outros proveitos e ganhos operacionais	913.353,91 €	75,92%	1.108.411,25 €	77,95%	195.057,34 €	-17,60%
Proveitos operacionais	1.160.201,04 €	96,20%	1.333.321,47 €	93,76%	-176.037,51 €	-13,20%
Proveitos e ganhos financeiros	4.119,89 €	0,34%	17.076,50 €	1,20%	12.956,61 €	-75,87%
Proveitos correntes	1.164.320,93 €	96,54%	1.350.397,97 €	94,96%	-188.994,12 €	-14,00%
Proveitos e ganhos extraordinários	41.679,42 €	3,46%	71.603,66 €	5,04%	29.924,24 €	-41,79%
Proveitos totais	1.206.000,35 €	100,00%	1.422.001,63 €	100,00%	-218.918,36 €	-15,40%

Figura 55- Evolução da estrutura de proveitos e ganhos

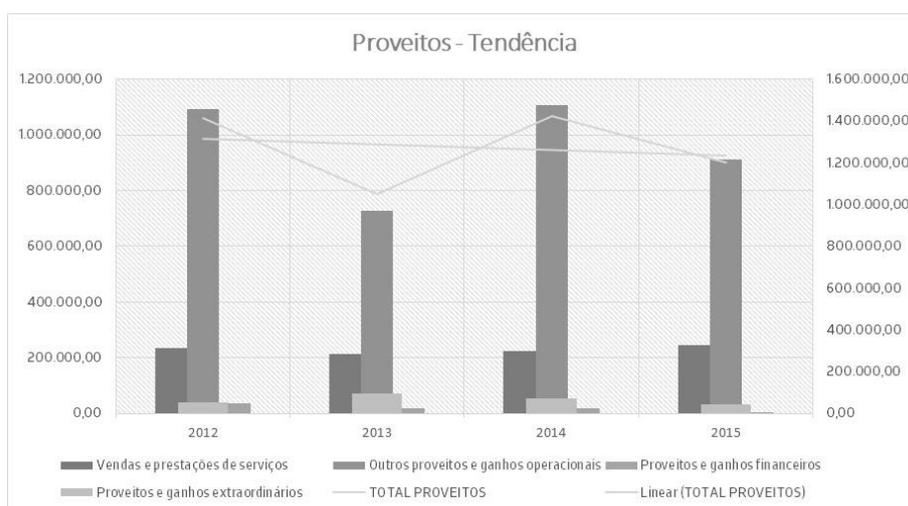


Figura 56 - Evolução da estrutura de proveitos e ganhos

Estrutura dos Custos e Perdas

Em 2015, os custos operacionais representaram 97% do total dos custos das atividades dos SAS.

Encontrando maior expressividade os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, que representam 45% do total dos custos, na sua maioria imputados às Residências de Estudantes para os quais concorrem os contratos de segurança, higiene e limpeza, energia, manutenção e conservação e reparação.

Devido à alteração da política de redução remuneratória, ocorrida no seguimento da publicação da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e à entrada de um novo Técnico Superior, os custos com pessoal aumentaram 3% em relação a 2014.

Quanto às amortizações e provisões, verifica-se um decréscimo de 23%, o que poderá denotar um ligeiro envelhecimento do imobilizado em uso pelos SAS.

Custos e perdas	2015		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	%
Fornecimento e serviços externos	560.510,81 €	45,15%	544.757,28 €	37,70%	15.753,53 €	2,89%
Custos com pessoal	410.903,84 €	33,10%	397.580,65 €	27,48%	13.323,19 €	3,35%
Transferências correntes concedidas e prestações sociais	6.915,02 €	0,56%	200.144,59 €	13,83%	193.229,57 €	-96,54%
Amortizações e provisões do exercício	228.191,30 €	18,38%	294.585,91 €	20,36%	66.394,61 €	-22,54%
Outros custos e perdas operacionais	428,40 €	0,03%	- €	0,00%	428,40 €	#DIV/0!
Custos operacionais	1.206.949,37 €	97,22%	1.437.068,43 €	99,37%	- 230.119,06 €	-16,01%
Custos e perdas financeiras	512,20 €	0,04%	443,02 €	0,04%	69,18 €	15,62%
Custos correntes	1.207.461,57 €	97,26%	1.437.511,45 €	99,41%	- 230.049,88 €	-16,00%
Custos e perdas extraordinários	34.057,77 €	2,74%	9.366,06 €	0,75%	24.691,71 €	263,63%
Custos totais	1.241.519,34 €	100,00%	1.446.877,51 €	100,16%	-205.358,17 €	-14,19%

Figura 57 – Evolução da estrutura de custos e perdas

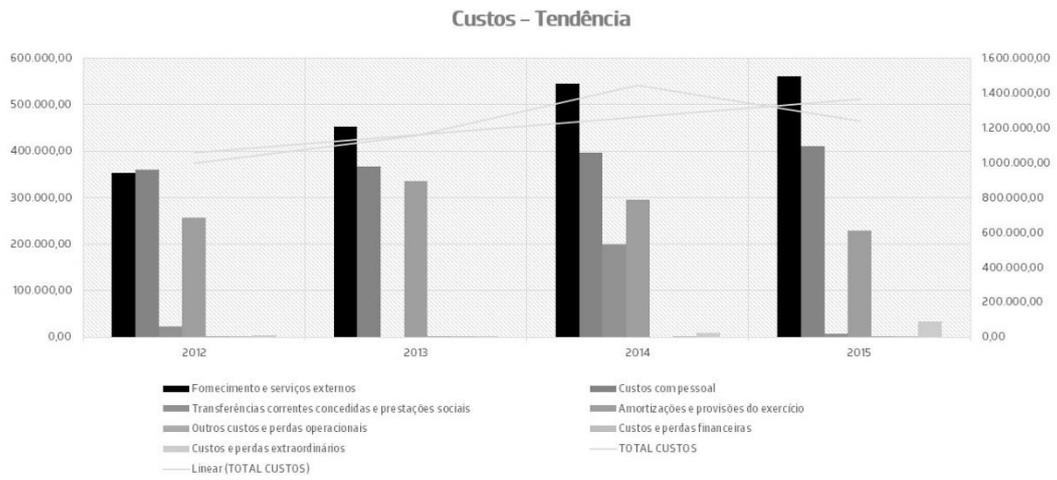


Figura 58 - Evolução da estrutura de custos e perdas

8.6 Resultados do Exercício

Os SAS do P.PORTO apresentam a 31 de dezembro de 2015, um resultado líquido do exercício negativo de 35 mil euros, com uma variação negativa face ao resultado obtido no ano anterior.

Resultados	2015	2014	Varição
Resultados operacionais	-46 748,33 €	-103 746,96 €	-52,13%
Resultados financeiros	3 607,69 €	16 633,48 €	-78,31%
Resultados Correntes	-43 140,64 €	-87 113,48 €	-47,13%
Resultado líquido do exercício	-35 518,99 €	-24 875,88 €	54,51%

Figura 59 – Evolução dos resultados

A variação nos resultados é justificada pela diminuição dos proveitos operacionais com as transferências do Instituto Politécnico do Porto e pela redução dos proveitos das aplicações financeiras.



Figura 60 – Evolução dos resultados

9.

**Fac
tos
e
Nú
mer
os**

APOIOS SOCIAIS DIRETOS	2015	2014
Candidatos	6.554	5.940
Bolseiros	4.833	4.315
Encargos com bolsas de estudo e auxílios (previsão até final do ano letivo)	8.382.113	€ 8.302.833
Número de processos de candidatura (bolseiros) auditados	1.227	1.235

APOIOS SOCIAIS INDIRETOS: ALIMENTAÇÃO		
Número de unidades alimentares (cantinas)	7	7
Número de refeições servidas	228.999	180.470
Número de inspeções promovidas (segurança alimentar)	70	70
Número de análise promovidas (segurança alimentar)	95	95

APOIOS SOCIAIS INDIRETOS: ALOJAMENTO		
Número de residências	6	5
Número de camas	304	264
Número de estudantes alojados	305	282
Taxa média de ocupação	100%	100%

RECURSOS FINANCEIROS		
Receita cobrada	1 201 695 €	1.491.209 €
Despesa executada	1 110 588 €	1.448.235 €

PESSOAS		
Número de efetivos	20	19

10.

**Bal
anç
o**

Código das contas POC Educação	Activo	Unidade monetária: Euro			
		2015			2014
		AB	AP	AL	
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	738.220,89		738.220,89	738.220,89
422	Edifícios e outras construções	5.653.669,82	1.219.933,66	4.433.736,16	4.478.513,88
423	Equipamento básico	1.093.525,74	845.342,97	248.182,77	301.237,21
424	Equipamento de transporte	57.363,70	55.435,32	1.928,38	5.559,31
425	Ferramentas e utensílios	273,04	273,04	0,00	0,00
426	Equipamento administrativo	309.632,34	285.859,19	23.773,15	27.640,77
429	Outras imobilizações corpóreas	434.284,81	247.456,75	186.828,06	202.375,57
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	85.232,40		85.232,40	85.232,40
		<u>8.372.202,74</u>	<u>2.654.300,93</u>	<u>5.717.901,81</u>	<u>5.838.780,03</u>
	Dívidas de terceiros – Curto prazo				
211	Clientes, c/c	6.365,56		6.365,56	6.221,90
213	Utentes, c/c	22.718,35		22.718,35	45.606,99
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	0,00
26	Outros devedores	1.450.383,75	91.529,80	1.358.853,95	108.129,22
		<u>1.479.467,66</u>	<u>91.529,80</u>	<u>1.387.937,86</u>	<u>159.958,11</u>
	Títulos Negociáveis				
15	Títulos Negociáveis	0,00		0,00	2.255.000,00
18	Outras aplicações de Tesouraria	0,00		0,00	0,00
		<u>0,00</u>		<u>0,00</u>	<u>2.255.000,00</u>
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.118.531,32		3.118.531,32	1.082.046,14
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		<u>3.118.531,32</u>		<u>3.118.531,32</u>	<u>1.082.046,14</u>
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proventos	123,14		123,14	59.193,71
272	Custos diferidos	5.894,11		5.894,11	6.964,00
		<u>6.017,25</u>		<u>6.017,25</u>	<u>66.157,71</u>
	Total de amortizações		<u>2.654.300,93</u>		
	Total de provisões		<u>91.529,80</u>		
	Total do activo	<u>12.976.218,97</u>	<u>2.745.830,73</u>	<u>10.230.388,24</u>	<u>9.401.941,99</u>
Código das contas POC Educação	Fundos próprios e passivo	2015		2014	
	Fundos próprios				
51	Património	5.070.122,13		5.070.122,13	
		<u>5.070.122,13</u>		<u>5.070.122,13</u>	
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	21.422,39		21.422,39	
		<u>21.422,39</u>		<u>21.422,39</u>	
59	Resultados transitados	2.364.907,60		2.447.086,46	
88	Resultado líquido do exercício	-35.518,99		-24.875,88	
		<u>2.329.388,61</u>		<u>2.422.210,58</u>	
	Passivo:				
29	Provisões	0,00		0,00	
		<u>0,00</u>		<u>0,00</u>	
	Dívidas a terceiros - Curto prazo				
252	Credores pela execução do orçamento		0,00	267.217,90	
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c				
24	Estado e outros entes públicos		13.224,18	36.143,13	
26	Outros credores		38.074,00	44.334,02	
			<u>51.298,18</u>	<u>347.695,05</u>	
	Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de custos		65.719,47	65.957,16	
274	Proventos diferidos		2.692.437,46	1.474.534,68	
			<u>2.758.156,93</u>	<u>1.540.491,84</u>	
	Total dos fundos próprios e passivo		<u>10.230.388,24</u>	<u>9.401.941,99</u>	

11.

**Dem
onstr
ação
de
Resu
ltado
s**

		Unidade Monetária: Euro			
Código das contas POC Educação	Custos e perdas	2015		2014	
62	Fornecimentos e serviços externos	560.510,81		544.757,28	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	335.116,82		321.832,62	
643 a 648	Encargos sociais	75.337,02		75.268,03	
649	Outros	450,00		480,00	
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	6.915,02	978.329,67	200.144,59	1.142.482,52
66	Amortizações do exercício	228.191,30		294.585,91	
67	Provisões do exercício		228.191,30		294.585,91
65	Outros custos e perdas operacionais		428,40		0,00
	(A)		1.206.949,37		1.437.068,43
68	Custos e perdas financeiras		512,20		443,02
	(C)		1.207.461,57		1.437.511,45
69	Custos e perdas extraordinárias		34.057,77		9.366,06
	(E)		1.241.519,34		1.446.877,51
88	Resultado líquido do exercício	-35.518,99	-35.518,99	-24.875,88	-24.875,88
			1.206.000,35		1.422.001,63
Código das contas POC Educação	Proveitos e ganhos	2015		2014	
71	Vendas e prestações de serviços:				
711	Vendas	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	243.930,05	243.930,05	224.910,22	224.910,22
72	Impostos e taxas	2.360,73		215,00	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	828,26		832,53	
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	913.082,00		1.107.363,72	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		916.270,99		1.108.411,25
	(B)		1.160.201,04		1.333.321,47
78	Proveitos e ganhos financeiros	4.119,89	4.119,89	17.076,50	17.076,50
	(D)		1.164.320,93		1.350.397,97
79	Proveitos e ganhos extraordinários	41.679,42	41.679,42	71.603,66	71.603,66
	(F)		1.206.000,35		1.422.001,63
	Resumo		2015		2014
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		-46.748,33		-103.746,96
	Resultados financeiros: (D)-(C)=		3.607,69		16.633,48
	Resultados correntes: (D)-(C)=		-43.140,64		-87.113,48
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		-35.518,99		-24.875,88

12.

**Demo
nstra
ção
de
Fluxo
s de
caixa**

Unidade Monetária: Euro

Código			Recebimentos			
Capítulo	Grupo	Artigo				
			Saldo da gerência anterior			
			Execução orçamental - Fundos Próprios			
			De dotações orçamentais - FF 313	187.219,84	187.219,84	
			De receitas próprias			
			Na posse do serviço FF 520	2.802.131,25	2.802.131,25	2.989.351,09
			Na posse do Tesouro			
			De receita do Estado- Fundos alheios			0,00
			De operações de tesouraria- Fundos alheios			36.424,00
			Descontos em vencimentos e salários- Retenção no tesouro:			
			Receita do estado			
			I - Total do Saldo de Gerência na posse do serviço			3.025.775,09
			Receitas de fundos próprios			
			Dotações orçamentais - FF 311			
			Correntes	811.532,00		
			Capital	5.000,00	816.532,00	816.532,00
			Financiamento no Subsector (out. organ. autónomos) - FF 540			
			Correntes	101.550,00		
			Capital		101.550,00	101.550,00
			Receitas próprias - FF 510			
			Correntes	277.497,22		
			Capital	6.115,37	283.612,59	283.612,59
			II - Total das Receitas de Fundos Próprios			1.201.694,59
			Total das Receitas do Exercício (I+II)			4.227.469,68
			III - Total Recebido do Tesouro em c/ Receitas Próprias			
			IV - Total Recebimentos do exercício (I+II+III)			4.227.469,68
			Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades- Fundos alheios			
			Receitas do Estado			65.523,68
			Operações de tesouraria			66.064,40
			V - Total das Retenções de Fundos Alheios			131.588,08
			Descontos em vencimentos e salários:			
			Receitas do Estado	€ 65.523,68		
			Operações de tesouraria	€ 37.004,55		
			Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V)			4.359.057,76
Código			Pagamentos			
Capítulo	Grupo	Artigo				
			Despesas de fundos próprios			
			Despesas orçamentais - FF 311			
			Correntes	788.559,53		
			Capital	5.000,00	793.559,53	793.559,53
			I - Total da Despesa por c/ OE			793.559,53
			Financiamento no Subsector (out. organ. autónomos) - FF 540			
			Correntes	22.742,70		
			Capital	46.246,42	68.989,12	68.989,12
			Despesas orçamentais com compensação em receita Própria e com ou sem transição de saldos - FF 510			
			Correntes	202.609,73		
			Capital	45.429,98	248.039,71	248.039,71
			II- Total de Despesa por c/ Receitas Próprias			317.028,83
			Total da Despesa do Exercício I+II			1.110.588,36
			III - Total da entrega ao Tesouro em c/ Receitas Próprias			
			IV - Total de Pagamentos do exercício (I+II+III)			1.110.588,36
			Importâncias entregues ao Estado e outras entidades - Fundos Alheios:			
			Receita do Estado			65.523,68
			Operações de tesouraria			64.414,40
			V - Total da Despesa de Fundos Alheios			129.938,08
			Saldo para a gerência seguinte			
			Execução orçamental - Fundos Próprios			
			De dotações orçamentais - FF 313	210.192,31	210.192,31	
			De receitas próprias			
			Na posse do serviço	2.870.265,01	2.870.265,01	
			Na posse do Tesouro			
			De receita do Estado - Fundos Alheios			3.080.457,32
			De operações de tesouraria - Fundos Alheios			38.074,00
			Descontos em vencimentos e salários - Retenção no Tesouro			
			Receita do Estado			
			VI - Total do Saldo da Gerência na posse do Serviço			3.118.531,32
			Descontos em vencimentos e salários:			
			Retidos na fonte e considerados pagos:			
			Receitas do Estado	€ 65.523,68		
			Operações de tesouraria	€ 37.004,55		
			Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V+VI)			4.359.057,76

13.

**Certif
icaçã
o
Legal
das
Conta
s**



Tel: +351 226 166 140
Fax: +351 226 166 149
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E, 3.2
4100-455 Porto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto (adiante designados por SASIPP), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 10 230 388 euros e um total de Fundos próprios de 7 420 933 euros, incluindo um Resultado líquido negativo de 35 519 euros), a Demonstração de resultados, os Mapas de execução orçamental, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Administrador dos SASIPP a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira dos SASIPP, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Administrador dos SASIPP, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira dos Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e previstos no Plano Oficial de Contabilidade Pública para o Sector da Educação, aplicados consistentemente.

Porto, 30 de abril de 2016

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Jorge de Sousa Ferreira'.

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.

P. PORTO

ser

social

RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS
2015

SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL